



Marcela Faria

2º Ciclo de Estudos em Linguística

Estudo sobre fenómenos de fronteira de palavra sob as perspetivas da Fonologia
Generativa e da Fonologia Declarativa

2012

Orientador: Professor Doutor João Manuel Pires da Silva e Almeida Veloso

Classificação: Ciclo de estudos: 16 valores

Dissertação: 15 valores

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo / Palavras-chave	v
Abstract / Key-words	v
Principais abreviaturas/símbolos utilizados e convenções seguidas neste trabalho	vi
Introdução.....	1
I - Algumas considerações sobre os conceitos de <i>palavra</i> e <i>grupo clítico</i>	5
1.1 Problematização do conceito de <i>palavra</i>	6
1.1.1 ...nos vários modelos da fonologia generativa	8
1.1.2 ...na fonologia declarativa.....	10
1.1.3 ...nos vários domínios de análise.....	11
1.2 Problematização do conceito de <i>grupo clítico</i>	14
II - Alguns aspetos relacionados com os fenómenos de fronteira de palavra	16
2.1 A sílaba.....	17
2.1.1 A sílaba em português europeu	19
2.2 A silabificação e a ressilabificação	23
III - Sândi	26
3.1 O sândi no estudo da palavra	27
3.2 Os fenómenos	30
3.2.1 Especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica.....	30
3.2.2 Velarização e desvelarização	31
3.2.3 Iodização e apagamento de [ɨ] em final de palavra morfológica ..	32
IV - Modelos Teóricos	33
4.1 Fonologia Generativa	34
4.1.1 Modelo SPE	38
4.1.2 Modelo Autossegmental	39
4.1.3 Modelo Lexical	40
4.1.4 Modelo Prosódico	41
4.1.5 Modelo Métrico	42
4.2 Fonologia Declarativa	44

V - Aplicação dos modelos apresentados na análise dos fenómenos	49
5.1 Especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica	50
5.2 Velarização e desvelarização.....	56
5.3 Iodização e apagamento de [ɨ] em final de palavra morfológica	59
Conclusão	62
Bibliografia.....	66

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Doutor João Veloso o auxílio na definição do tema de trabalho, a orientação cuidada e o facto de se mostrar sempre disponível para responder a todas as dúvidas que foram surgindo.

Apresento aqui igualmente o meu sincero agradecimento a todos os professores que estiveram envolvidos na minha formação académica.

Por fim, agradeço a todos os familiares, amigos e colegas de curso que tiveram um importante papel na minha vida durante este percurso.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns fenómenos de fronteira de palavra do ponto de vista de duas distintas teorias fonológicas: a Fonologia Generativa e a Fonologia Declarativa. Após uma apresentação dos fenómenos de sândi externo a estudar, fazemos uma análise de cada um deles sob as óticas das teorias citadas acima. Esta decomposição serve para que consigamos perceber qual a produtividade científica das propostas apresentadas em cada teoria na problematização do fenómeno de sândi externo como uma das peças-chave na busca de uma maior aproximação a um conceito sustentado de *palavra*. Tendo em conta este facto, a apresentação e a análise dos fenómenos de sândi externo são precedidas de um capítulo no qual se reflete sobre a noção de *sílaba* e de um capítulo dedicado a algumas considerações sobre os conceitos de *palavra* e *grupo clítico*.

Palavras-Chave: sílaba, palavra, grupo clítico, sândi externo, fonologia generativa, fonologia declarativa

Abstract

The purpose of this work is to analyze some of the phenomena that occur in words boundaries. The study is done considering two different theories: Generative Phonology and Declarative Phonology.

We study the notions of *syllable*, *word* and *clitic group* at the beginning of our dissertation and then we do an analysis of the phenomena that is presented in chapter three. The analysis will show us, we think, something relevant that can be used in order to achieve a higher level on the study of the delimitation of the concept *word* in phonology.

Key-words: syllable, word, clitic group, external sandhi, generative phonology, declarative phonology

Principais abreviaturas/símbolos utilizados e convenções seguidas neste trabalho

A	Ataque
C	Consoante
Cd	Coda
cf.	Confronte-se
Nu	Núcleo
R	Rima
<i>SPE</i>	The Sound Pattern of English
V	Vogal
∃	Quantificador existencial (“existe pelo menos”)
∀	Quantificador universal (“para todo o”)
∧	E
→	Implica
~ (transcrição fonética/fonológica)	Marca de nasalidade
~ (tradução lógica)	Negação
¬	Negação
x, y	Variáveis
∂	Domina
∅	Vazio
⊃	Precede imediatamente
c	Grupo clítico
σ	Sílaba
ω	Palavra prosódica
#	Fronteira de palavra prosódica
\$	Fronteira de sílaba

Notas:

1. Todas as transcrições fonológicas e fonéticas presentes no nosso trabalho são feitas tendo em consideração os símbolos e convenções apresentados no Alfabeto Fonético Internacional (International Phonetic Association (1999) - *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press).
2. Por dificuldade gráfica as marcas de nasalidade em transcrições fonéticas e fonológicas são indicadas com o símbolo ~ à direita do elemento que sofre nasalização.

Introdução

Segundo Cohn (2001), “It is this knowledge about sound structure – which sounds occur, what their distribution is, how they can be combined and how they might be realized differently in different positions in a word or phrase – that constitutes the study of phonology” (Cohn 2001:181). Para que se alcancem respostas para os problemas enunciados por Cohn, a pesquisa não deve parar e deve focar-se em especificidades que permitam que posteriormente se chegue a generalizações seguras. O estudo que desenvolveremos nesta dissertação comporta exatamente uma parte de uma das problemáticas pertencentes aos ensaios fonológicos: dentro da temática respeitante à noção de palavra, deter-nos-emos na análise de fenómenos que ocorrem em fronteira de palavra. O tema deste trabalho surgiu da constatação de que, efetivamente, a estruturação interna da palavra e a sua delimitação constituem uma problemática bastante atual nos estudos fonológicos. Se a fonologia procura, como refere a autora acima citada, um conhecimento mais real da estrutura e combinação dos sons da língua, é, com certeza, importante que se analise quais os processos que se desenrolam internamente, que relações se podem estabelecer ou não entre estes e quais os que surgem em fronteira de cada grupo fonológico. Daqui percebemos que seria bastante relevante analisar um processo que se relacionasse com esta temática. O processo de sândi pareceu-nos, para além da sua riqueza “natural” como processo presente em diversas línguas e como substrato de uma reordenação que espelha, de certa forma, uma concatenação inicial, um caminho bastante interessante, na medida em que se apresenta relacionado com conceitos “omnipresentes” nas análises fonológicas, tendo em conta a importância que desempenha na decodificação dos quadros fonológicos das línguas. A análise do processo referido é tomada segundo perspetivas dissemelhantes, não só no que diz respeito às crenças apresentadas nas mesmas, como também na abrangência e apoio que suportam. Se, por um lado, olhamos através da teoria generativa – estudada, repensada, reformulada, fonte de diversos modelos/correntes fonológicas-, por outro, olhamos através de uma teoria relativamente recente e pouco discutida, alvo ainda de poucas reflexões – a teoria declarativa. O facto de a última ser uma teoria ainda pouco estudada, no entanto defensora de propostas bastante divergentes daquilo que temos vindo a conhecer, fez com que a nossa atenção a si se prendesse e que o nosso estudo não passasse ao lado de uma tentativa de análise segundo os pressupostos enunciados na mesma. Assim, chegámos à ideia central para este estudo: analisar alguns dos

fenómenos que ocorrem em fronteira de palavra tendo em conta as propostas de duas teorias fonológicas dissemelhantes.

O nosso trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos: 1- *Algumas considerações sobre os conceitos de palavra e grupo clítico*; 2 - *Alguns aspetos relacionados com os fenómenos de fronteira de palavra*; 3 - *Sândi*; 4 - *Modelos Teóricos*; 5 - *Aplicação dos modelos apresentados na análise dos fenómenos*.

Do primeiro capítulo fazem parte, tal como o título do mesmo indica, algumas conceções sobre os conceitos de *palavra* e de *grupo clítico*. Neste capítulo, faremos uma breve resenha sobre aquilo que são as principais ideias apresentadas sobre a noção de *palavra* nos diversos modelos da gramática generativa (modelo *SPE*, modelo autossegmental, modelo lexical, modelo prosódico, modelo métrico), na teoria declarativa e ainda nos diferentes domínios de análise linguística (domínio sintático, fonológico, morfológico e respetivas interações) e problematizaremos ainda a noção de *grupo clítico*. Este primeiro capítulo para além do facto prático de servir como enquadramento geral, na medida em que a particularidade que aqui estudamos – os fenómenos de fronteira de palavra- é parte do estudo maior que é o estudo da noção de palavra, serve ainda, no que à conceção de palavra diz respeito, para licenciar teoricamente, o estudo que levamos a cabo. O estudo do *grupo clítico* toma no nosso trabalho bastante relevância na medida em que este domínio, ainda não totalmente aceite, como veremos mais adiante, se mostra fulcral no estudo de determinados fenómenos de fronteira.

O segundo capítulo do nosso trabalho é dedicado a algumas noções que não poderiam deixar de ser, no nosso ponto de vista, repensadas e reanalisadas antes de se partir para um estudo como o que aqui avançamos: as noções de *silaba*, *silabificação* e *ressilabificação*. A importância destes conceitos será abordada ao longo do capítulo referido, assim como será elaborado um apanhado daquilo que são as principais linhas de descrição das conceções mencionadas.

O terceiro capítulo prende-se com a apresentação, divisão e estudo do processo pós-lexical *sândi*. Apresentaremos, primordialmente, uma breve síntese daquilo que é englobado pelo conceito referido e ainda uma resenha daquelas que são as principais ligações entre este processo e o estudo da palavra. No segundo ponto do capítulo, enunciaremos os fenómenos recetores da nossa mais cuidada atenção. A indicação dos

fenómenos far-se-á de modo sucinto para que a exposição não tome para si ramificações da árvore da análise, que nascerá mais à frente no nosso estudo.

No quarto capítulo, faremos uma breve sinopse sobre as teorias fonológicas abordadas neste estudo, sob as perspectivas das quais analisaremos os fenómenos apresentados no capítulo imediatamente anterior. Nesse sentido, relembremos os traços gerais de cada um dos quadros teóricos, apresentando as principais contribuições/ inovações, para que de seguida se proceda à análise propriamente dita.

No último capítulo apresentaremos as análises detalhadas de cada um dos fenómenos por nós estudados.

A nossa dissertação terminará com a apresentação das conclusões e a exposição das referências bibliográficas mencionadas no trabalho.

**I - Algumas
considerações sobre os
conceitos de *palavra* e
*grupo clítico***

1.1 Problematização do conceito de *palavra*

O facto de o conceito de *palavra* apresentar definições diversas e tão distintas intrinsecamente faz desta noção um exemplar relevante da presença do conceito de ambiguidade (cf. Coates 1999:10). De ressaltar também é o facto de esta noção não ser comum em todas as línguas, ou seja, o que é considerado uma palavra numa determinada língua pode não ter nada que ver com aquilo que é considerado uma palavra noutra língua¹. Consideramos que, em termos linguísticos (esquecendo casos de expressões padronizadas como “dar a palavra”, “ser uma pessoa de palavra”, “a palavra de Deus”, “vai usar da palavra”, entre outros que não cabem neste nosso estudo), a noção de *palavra* é das noções mais importantes tendo em conta não só a relevância que tem na estruturação da hierarquia dos constituintes prosódicos, e tudo o que daí advém, como também o facto de ser uma das “unidades básicas da língua” (cf. Vilela 1999:51). De facto, a definição de *palavra* toma lugar em diversos fenómenos linguísticos tais como a harmonização vocálica, o acento, as restrições segmentais em posições lexicais específicas, as neutralizações, a distinção entre regras lexicais e pós-lexicais, entre outros (cf. Veloso 2009: 2; Goldsmith 1995:3-5).

A partir do momento em que se consiga alcançar uma definição mais concisa do conceito de *palavra*, poderemos buscar algo mais nos estudos linguísticos e, por inclusão, nos estudos fonológicos, no sentido em que seremos capazes de partir de algo mais sólido para pesquisas mais longínquas levadas a cabo não só por diversas disciplinas linguísticas (pesquisas mais minuciosas relacionadas, por exemplo, com a aquisição/aprendizagem/perda; problematização teórica da descrição de línguas, entre outras) como também por intercâmbios entre diferentes ciências (estudos fonéticos, computação, entre outros)².

A noção de *palavra* que mais rapidamente nos ocorre é a noção intuitiva³ de falantes de uma língua. Qualquer falante sabe identificar palavras da sua língua mesmo que com elas não esteja, por exemplo, foneticamente familiarizado. Se perguntarmos a

¹ Isto tendo em conta o facto de cada língua apresentar restrições estruturais distintas como, por exemplo, as diferenças no preenchimento dos núcleos silábicos. Podemos aqui apresentar uma dissemelhança entre o português e o checo para ilustrar aquilo que acabámos de referir. Em português o núcleo de sílaba tem de, obrigatoriamente, ser preenchido por um constituinte [-consonântico] (tomando por base noções apresentadas no modelo *SPE*) enquanto no checo o núcleo pode ser preenchido por um constituinte como /r/, que em português possui o traço [-sil], como vemos no exemplo seguinte: “zmrzl” - /zmrzl/ correspondente ao português “congelada”.

² Sobre a importância do estudo da palavra ver Veloso, J. (2009).

³ Sobre a importância da noção intuitiva ver Veloso, J. (2009).

1.1.1... *nos vários modelos da fonologia generativa*

No que diz respeito à gramática generativa, iremos abordar aqui, como mencionámos acima, algumas das referências feitas à *palavra* nos diferentes modelos.

A noção de *palavra* não se encontra assertivamente definida na teoria *SPE*⁸. Encontramos no capítulo oitavo, ponto seis, do livro de Chomsky e Halle, algumas reflexões acerca de questões relacionadas com a palavra. Os autores entendem a noção de *palavra* através da noção de fronteiras, espaços, puramente formais, inseridos no início e fim de cada item pertencente a uma categoria lexical (nomes, verbos, entre outros) ou de outras categorias como sintagmas nominais ou verbais (cf. Chomsky e Halle 1968:366). Entendem que estes limites desempenham um papel importante na definição da noção de *palavra* porque esta noção é, em si mesma, fulcral na análise fonológica por ser domínio de aplicação de determinadas regras (cf. Chomsky e Halle 1968:366). Os autores acrescentam, porém, que a noção de *palavra* não é algo que se defina facilmente e que muitos são os casos em que isso mesmo se pode comprovar (exemplo das derivações) (cf. Chomsky e Halle 1968:366-368). Como Goldsmith refere em 1995, a *palavra* é, no modelo *SPE*,

“a well-formed word is one that is produced by taking an input string created by the morphological component, and applying the phonological rules of the language in the appropriate order.” (ver Goldsmith 1995:3).

Para Goldsmith (1995), na teoria autosegmental, por outro lado, uma “well-formed word is one in which all features (or autosegments) are associated to an appropriate skeletal position; all skeletal positions are associated with a syllable; all syllables are associated with a foot” (Goldsmith 1995:3). Na fonologia autosegmental, a *palavra* é apresentada como o domínio de alguns fenómenos como, por exemplo, a harmonização vocálica (Goldsmith 1990:304 e ss.). Além disso, este fenómeno é entendido como um sistema no qual as vogais são divididas em dois ou mais subtipos, com a condição de que todas as vogais numa determinada palavra ou domínio pertençam a um determinado subtipo (cf. Goldsmith 1990:304). O conceito de *palavra* é estudado pela teoria autosegmental macroscopicamente, no sentido em que este

⁸ Sobre o facto de a teoria generativa não abordar concretamente a análise da palavra ver Villalva (2000:15-16).

conceito se encontra para lá daquilo que é o foco principal do estudo. No entanto, toma um lugar mais concreto em casos como o da harmonização vocálica, supra referida. Podemos, assim, concluir que, embora não seja feita uma análise extensiva sobre o tema nos estudos autosegmentais, pelas razões atrás referidas, a noção revela de igual forma pertinência nos estudos como entidade superior na escala prosódica, hierarquia de que fazem parte todos os constituintes e com a qual se relacionam todos os processos fonológicos das línguas.

Encontramos a visão da fonologia lexical, de certa forma, quase do lado oposto ao da visão da teoria autosegmental. Se a fonologia autosegmental foca particularmente a sua atenção em elementos menores do que a palavra (e do que a própria sílaba), olhando a palavra “de baixo para cima” na hierarquização prosódica, a fonologia lexical, por seu turno, vê a palavra mais intrinsecamente, no sentido em que procura teorizar sobre relações entre a noção de *palavra* e regras fonológicas e morfológicas que interagem na criação da noção (cf. Goldsmith 1990:217-218; Bisol 2005:83). A importante distinção entre os fenómenos de *sândi interno* e *sândi externo*, sobre a qual falaremos um pouco mais à frente no nosso trabalho⁹, é resultado dos estudos levados a cabo pela teoria lexical assim como a diferenciação entre regras lexicais e pós-lexicais (Bisol 2005:83). Apesar de não apresentar uma definição da noção de palavra, a fonologia lexical clarifica, com os avanços sobre os níveis lexical e pós-lexical e as relações estabelecidas entre estes, alguns pontos importantes no estudo da temática referida.

Na fonologia métrica o estudo do conceito de *palavra* está intimamente relacionado com a noção de *acento*, que é, aliás, tal como a conceção de *sílaba*, uma das ideias mais importantes apresentadas na teoria (cf. Matzenauer 2005:68). A *palavra* ganha forma depois de serem analisadas as questões relacionadas com os três tipos de acento apresentados pela fonologia métrica: acento primário, acento secundário e acento principal (cf. Matzenauer 2005:69). O facto de o acento, na fonologia métrica, não ser tomado como um traço que se encontra presente ou não (como acontecia na análise do modelo *SPE*), mas como uma proeminência que resulta da interação entre os constituintes mais baixos da escala prosódica – sílaba, pé, palavra fonológica – leva a que o conceito de *palavra* seja encarado mais do ponto de vista hierárquico do que

⁹ Ver sobre este assunto o capítulo III ponto 3.1; Bisol (1996:159-168); Kato (2002:55-96); entre outros.

um falante de uma determinada língua que não seja possuidor de qualquer tipo de formação/educação específica em linguística “O que é uma palavra?”, iremos, possivelmente, obter respostas muito próximas de: “É um conjunto de letras que possui um significado” e “É um conjunto de letras ladeado por espaços vazios” entre outras. A última resposta que apresentámos relaciona-se já com uma outra noção de palavra que acaba por estar, de certa forma⁴, próxima da intuitiva: a noção ortográfica. A ortografia⁵, como norma, acaba por criar a ideia errada de que a palavra é apenas, no dizer de Camara Jr. (1971:34), um “conjunto de letras que fica entre dois espaços em branco”. No entanto, estas definições são, como até os próprios falantes podem perceber, insuficientes e pouquíssimo rigorosas porque para cada uma das definições dadas conseguimos facilmente encontrar uma série de ocorrências na língua às quais damos, comumente, o nome *palavra* que não encaixam nas definições apresentadas⁶. A razão deste acontecimento prende-se com o facto de o vocábulo *palavra* possuir, dependendo do ponto de vista, diferentes aceções e estar presente em diferentes domínios de análise (cf. Azuaga 1996:218). Para a dificuldade em definir-se um claro conceito de *palavra* contribuem também o facto de existirem complexos processos de formação de palavras e o facto de existirem formas clíticas que se anexam ou simplesmente surgem na mesma estrutura de análise. De ressaltar, é o facto de muitas das definições de *palavra* serem, efetivamente, resultado de uma interligação entre alguns pontos distintos da gramática (sintaxe, morfologia e fonologia). Importará, portanto, fazer uma análise daquilo que se entende por *palavra* nos domínios fonológico, sintático e morfológico /morfossintático⁷. Todavia, pensamos que se torna mais produtivo, por questões de temporalidade, elaborar, primeiramente, uma breve resenha daquilo que são as considerações sobre a *palavra* na gramática generativa, e consequentes modelos/teorias, e na teoria declarativa, ou seja, nos quadros teóricos que moldam a nossa tese.

⁴ Próxima no sentido em que a norma ortográfica/escolarização acaba por funcionar como uma lima, “polindo” aquilo que é intuitivo no falante.

⁵ Sobre a relação ortografia - conhecimento intuitivo ver Gussman (2002:89) “intuitive judgments, often based on and deriving from orthographic conventions, are simply not good enough.”

⁶ Deste facto surgiu a necessidade de se criarem novos termos como, por exemplo, “lexema”, “unidade lexical”, “morfema” (cf. Vilela 1999:51-52). Contudo, mesmo as definições dos termos apresentados não são universais e inequívocas. A inexistência de linhas delimitadoras e objetivas na determinação do número de palavras de um enunciado e a inexistência de correspondência ortográfica objetiva, entre outros fatores, contribuem para a parcimónia existente nas definições de palavra apresentadas.

⁷ Esta abordagem será feita no ponto 1.1.3 do nosso estudo.

propriamente do ponto de vista “interno”, isto é, não se efetuam grandes avanços sobre questões relacionadas com as fronteiras de palavra e restrições/regras que possam regular as ocorrências nesses locais, mas sim sobre aspetos relacionados com as estruturas que suportam a criação da *palavra* como constituinte hierárquico superior (cf. Matzenauer 2005:69).

Se acima argumentámos que a visão da fonologia lexical se encontrava, de certo modo, quase que do lado oposto ao da visão da teoria autosegmental, no sentido em que se encontrava num distinto ponto de perspectiva de análise, podemos, em relação à fonologia prosódica, mencionar que esta se encontra, tendo em conta a perspectiva geral que elabora sobre os constituintes prosódicos, efetivamente, no ponto oposto ao da teoria autosegmental. No subsistema¹⁰ da fonologia prosódica, desenvolvido especialmente no trabalho de Nespor e Vogel (1986), a noção de *palavra* assume um papel de destaque. Segundo as autoras, a palavra fonológica representa a interação entre os componentes fonológicos e morfológicos da gramática (cf. Nespor e Vogel 1986:109). No entanto, deixam claro que a noção de *palavra prosódica* pode não coincidir com o retrato morfossintático a ela associado (cf. Nespor e Vogel 1986:142) e problematizam essa questão usando exemplos concretos de diferentes línguas (cf. Nespor e Vogel 1986:109-141). As autoras defendem, ao contrário de autores como, por exemplo, Booij (1983), que o domínio da palavra prosódica apenas pode ser igual ou menor do que o elemento terminal da árvore sintática (cf. Nespor e Vogel 1986: 110). A posição que defendem é a base da apresentação da existência do *grupo clítico*, noção que abordaremos no ponto 1.2 deste capítulo.

1.1.2 ... na Fonologia Declarativa

A noção de *palavra* na Fonologia Declarativa é apresentada de uma forma bastante geral uma vez que esta noção não se mostra muito relevante numa teoria que prescinde de diferentes estratificações, ao contrário do que acontece em modelos como o modelo prosódico¹¹ (Nespor e Vogel 1986). Numa perspectiva distinta do que é enunciado no referido modelo, no livro *Phonologie Déclarative*, onde encontramos a proposta de Jean-Pierre Angoujard, a noção de *palavra* é apresentada como passível de

¹⁰ Ver classificação dos modelos como subsistemas em Nespor e Vogel (1986).

¹¹ Sobre o modelo prosódico ver na nossa dissertação o capítulo IV ponto 4.1.4.

suportar em si mesma tanto a presença como a ausência de clíticos (cf. Angoujard 2006:51). Nas palavras do autor:

“ le type *mot* (pour “mot phonologique”) inclut les clitiques et que, si nécessaire, il pourra être fait reference au seul *radical* (lui-même de type *mot*). Toute sequence réalisée (fût-elle constituée d’un mot unique) est analyzable en un ou plusieurs syntagmes phonologiques (de type *phrase*, noté logique)” (Angoujard 2006:51-52)

Como podemos atestar das palavras acima transcritas, a problematização do conceito de *palavra* é residual, na medida em que apenas toma importância a restrição do conceito até ao nível fonológico deixando de parte a problemática interna sobre um possível código para a aceitação ou não de determinados candidatos para obtenção do estatuto de *palavra fonológica*. No entanto, apesar do facto de não pretender alcançar uma noção sustentada e delimitada de palavra, este quadro teórico analisa algumas ocorrências relacionadas com fronteiras de palavra como, por exemplo, o fenómeno *liaison*¹² em francês (cf. Angoujard 2006: 51-53)

1.1.3 ...nos vários domínios de análise

A noção de o que é uma *palavra* é, como referimos anteriormente, dependente do domínio de análise por detrás do qual se olha o conceito. Assim, podemos, segundo Bisol (2004), com o vocábulo *palavra* referir-nos a uma palavra fonológica ou a uma palavra morfológica (Bisol 2004:59). A mais básica distinção entre as duas reporta-se ao facto de a palavra morfológica estar relacionada com os fatores lexicais, morfológicos enquanto a segunda, a palavra fonológica, se relaciona com as temáticas do acento (cf. Bisol 2004:59-61). John A. Goldsmith (1995), no prefácio de um livro de que é organizador, reflete sobre, entre outras coisas, o que é uma palavra fonológica e sobre as regras fonotáticas das línguas, referindo que um dos objetivos mais tradicionais da fonologia é, de facto, a procura daquilo que poderá definir o que é uma palavra bem formada (cf. Goldsmith 1995:1-21). É certo que unidades fonológicas menores deverão ser agrupadas segundo determinadas regras para que se atinja a noção de *palavra*, porém, certo também é o facto de que na atualidade essas regras não foram ainda formuladas (cf. Goldsmith 1995:1-21). Os diferentes modelos teóricos tentam avançar

¹² Sobre o fenómeno *liaison* em francês ver Angoujard (2006:103-124).

com elementos capazes de decodificar, a diferentes níveis, por vezes, alguns parâmetros que consideram estar envolvidos na elaboração de um conceito mais concreto. Como vimos, os modelos que derivaram da análise generativa, primeiramente apresentada no *SPE*, tomam caminhos distintos, mas, de certo modo, complementadores, no sentido em que as suas análises podem, efetivamente, ser alvo de estudos simultâneos¹³. A noção de *palavra fonológica* ou *palavra prosódica* comumente aceite pela comunidade linguística é, assim, resultado de investigação e exame das várias propostas de tratamento de cada especificidade dos diferentes modelos científicos que ao longo dos tempos foram apresentadas. A palavra fonológica é, como referem Nespore e Vogel (1986:108), o constituinte mais baixo da hierarquia prosódica que suporta a interação entre a morfologia e a fonologia. Daqui se retira, e lembrando o princípio *Strict Layer Hypothesis*¹⁴, que as noções de *sílaba* e *pé* se encontram, por esta mesma ordem crescente, contidas na estruturação da hierarquia prosódica por serem constituintes da *palavra* (cf. Bisol 2004: 61; McCarthy e Prince 1986:244). Há que referir que, por vezes, a palavra prosódica tem a mesma forma da palavra morfológica, mas isto não sucede sempre (cf. Cohn 2001:188; Bisol 2004:62). O tamanho da palavra prosódica e a sua ligação com o tamanho/ estrutura de um elemento sintático terminal são questões que criam muita discórdia (cf. Bisol 2004:63-69). Para Nespore e Vogel (1986) só existem palavras fonológicas com igual ou menor tamanho do que o elemento sintático relativo e dão como exemplos para o primeiro caso as línguas grega e latina e, para o segundo caso, a língua italiana¹⁵ (cf. Bisol 2004:63; Nespore e Vogel 1986:110). O caso que não é considerado por Nespore e Vogel, a existência de palavras fonológicas maiores do que o seu relativo sintático, surge quando estamos perante ressilabificação¹⁶ (cf. Bisol 2004:65). Por outro lado, quando nos deparamos com um composto como, por exemplo, “guarda-redes” estamos perante uma única palavra morfológica, um nó sintático final, mas duas palavras fonológicas, no sentido em que as duas possuem acento próprio (cf. Bisol 2004:65). Segundo Bisol 2004, para Booij (1983) a palavra fonológica desempenha três funções: é portadora de relações de proeminência, é

¹³ Ver Goldsmith (1976:160) sobre a importância das interações entre domínios.

¹⁴ Ver sobre *Strict Layer Hypothesis* Nespore e Vogel (1986) e Selkirk (1982), (1984).

¹⁵ No grego e no latim os membros de um composto pertencem sempre ao mesmo domínio prosódico e em italiano existem prefixos, nomeadamente os que terminam em vogal, que por si só são palavras fonológicas (cf. Bisol 2004:63-64).

¹⁶ Sobre este conceito ver na nossa dissertação o capítulo II ponto 2.2; Bisol (1996:159-168); Bisol (2000:319-330); entre outros.

domínio de aplicação de regras fonológicas e é domínio de restrições fonotáticas (cf. Bisol 2004:65-66; Booij 1983:270-271). Neste sentido, e como refere Bisol (2004), pode ser entendida como expoente de proeminência, entidade rítmica e domínio de aplicação de regras (cf. Bisol 2004:65-66). No entanto, há que clarificar que só é entendida, como referimos acima, por Nespor e Vogel como domínio de regras tomando tamanho igual ou inferior ao seu relativo sintático, de outra forma, ou seja, tomada como maior do que o seu relativo, encontramos já no nível pós-lexical, no qual se situam ocorrências como a ressilabificação, acima também já mencionada (cf. Bisol 2004:66 e ss.). Neste sentido, se tomarmos uma visão mais genérica, abrangendo o léxico e pós-léxico, consentiremos, como Booij (1983), a existência de palavras fonológicas maiores do que o respetivo sintático (cf. Bisol 2004:66-69). Associadas à noção de palavra fonológica encontramos algumas restrições relacionadas, nomeadamente, com os limites esquerdo e direito de palavra. Em português, o início de palavra é marcado por restrições que impossibilitam o surgimento de segmentos como /ʃ/, /ɲ/ ou /r/ e de combinações como /ts/, /kt/, entre outras. Da mesma forma, existem também restrições no que toca ao final de palavra¹⁷ como, por exemplo, a impossibilidade de existência de ocorrências como, por exemplo, codas finais em que estejam presentes quaisquer realizações que não /r/, /ʃ/ ou /l/ (que sofrerá, tendo em conta a proposta mais aceite, pós-lexicalmente, velarização¹⁸). Como referimos anteriormente, a noção de palavra fonológica não pode dissociar-se da consciência da noção de acento pois a segunda ideia é parte integrante da constituição da primeira. Neste sentido se entende a palavra fonológica como domínio de aplicação das regras de atribuição de acento e corpo da projeção desse mesmo acento (cf. Bisol 2004:61).

Por outro lado, se olharmos do ponto de vista morfológico perceberemos que o que é entendido como *palavra* nada tem que ver com a noção de acento, mas sim com o facto de a unidade *palavra* ser o *output* das regras morfológicas ligadas aos processos de derivação, composição e flexão. A palavra morfológica é entendida como uma “unidade individualizada no léxico da língua, portadora de significado lexical/referencial ou de função gramatical, relativamente amovível dentro da frase,

¹⁷ Ver sobre as restrições do limite direito de palavra a proposta de Veloso (2009:87-88). Veloso (2009) propõe a designação de “tolerância prosódica de limite direito de palavra” para nomear o fenómeno linguístico que permite a ocorrência, em limite direito de palavra, de uma das seguintes realizações: i) consoante nasal /n/, ii) sequências /ks/ ou /ps/, iii) sequência /VGN(S)/.

¹⁸ Sobre a problemática que envolve este conceito ver na nossa dissertação o capítulo III ponto 3.2.3.

objeto de um e um só processo de flexão no máximo e detentora de classe gramatical” (cf. Veloso 2012:2)

Em relação à noção de *palavra* do ponto de vista do domínio sintático, entendemos que existem dois pontos essenciais a assinalar: o facto de ser o *input* para as regras sintáticas e o facto de ser núcleo dos constituintes sintáticos. Como refere Rosa (2006:80) “a sintaxe forma constituintes, frases, mas não palavras. (...) a estrutura interna não é da alçada da sintaxe, mas da morfologia”. A palavra sintática pode ser constituída por mais do que uma palavra morfológica e mais do que uma palavra fonológica, ou seja, possuir mais do que, em traços gerais, uma unidade lexical, detentora de classe gramatical, e mais do que proeminência acentual primária, tomando a classificação acentual apresentada pelo modelo métrico.¹⁹

A incapacidade de a categoria englobada pelo conceito de *palavra* na hierarquia prosódica albergar realizações nas quais se encontram presentes unidades de comportamento mutável- por vezes dependentes, por vezes independentes das unidades constituintes do conceito *palavra* - levou a que se considerasse a existência de um nível intermédio na estruturação hierárquica entre os constituintes *palavra* e *sintagma fonológico* – o *grupo clítico*.

1.2 Problematização do conceito de *grupo clítico*

O comportamento problemático dos clíticos deriva da sua natureza híbrida (cf. Nespor e Vogel 1986:145). Nas palavras de Crystal (1980:64), citadas pelas autoras, um clítico é “a form which resembles a word, but which cannot stand on its own as a normal utterance” (cf. Nespor e Vogel 1986:145). Os clíticos podem tomar esta designação em termos sintáticos e/ou em termos fonológicos. As autoras abordaram, tal como aqui faremos, apenas a noção de clítico que se liga às questões fonológicas da língua (cf. Nespor e Vogel 1986:145). Neste sentido, referem que a ocorrência mais comum é a de se olhar os clíticos ora como pertencentes à palavra fonológica, como afixos, ora como partes do sintagma fonológico, semelhantes a palavras independentes (cf. Nespor e Vogel 1986:145). As autoras propõem, tal como Hayes (1989), que existe um nível intermédio entre *palavra fonológica* e *sintagma fonológico* devido à existência

¹⁹ Sobre o *modelo métrico* ver capítulo IV ponto 4.1.5; Collischonn (2005:135-142); Matzenauer (2005:68-73).

de um comportamento diferente de certos clíticos, o qual é dissemelhante do comportamento dos afixos e das palavras independentes (cf. Nespor e Vogel 1986:145). Um dos argumentos apontados para a existência deste constituinte na hierarquia prosódica é o facto de ser domínio de aplicação de determinadas regras fonológicas (as autoras apontam exemplos enunciados por Hayes tendo em conta o inglês) (cf. Nespor e Vogel 1986: 150). O comportamento distinto de determinadas regras, dependendo do domínio de aplicação tomado, é também um dos argumentos mencionados no trabalho de Nespor e Vogel (1986) (cf. Nespor e Vogel 1986:157).

Como perspectiva, em certos pontos, divergente em relação àquela que é defendida em Nespor e Vogel (1986) encontramos a proposta de Vigário (2006), que sugere a reedição do conceito de *grupo clítico*, tendo em conta a fragilidade que este constituinte tem vindo a demonstrar em diversas análises (cf. Vigário 2006:673). A autora propõe que essa reedição passe pela renomeação do constituinte, expondo como hipótese a designação *grupo palavra prosódica* (cf. Vigário 2006: 673/679). Esta proposta de renomeação é legitimada pelo facto de a autora defender que são palavras prosódicas que se encontram agrupadas no constituinte e não clíticos (cf. Vigário 2006:679). A autora apresenta algumas evidências do português europeu e de outras línguas românicas para sustentar aquilo que defende.

II - Alguns aspetos relacionados com os fenómenos de fronteira de palavra

2.1 A sílaba

Dado que o nosso estudo é sobre fenómenos de fronteira de palavra, é necessário que nos detenhamos, neste ponto, sobre um dos constituintes sem o qual a noção de palavra, em línguas como o português, não existe: o conceito de *sílaba*. A afirmação que acabámos de expressar é, desde logo, polémica pois a existência deste constituinte não é tomada como verdadeira por muitos dos autores que se debruçaram sobre este tema. Kohler 1966 defende que a sílaba é “an unnecessary concept (...) or an impossible one (...) or a harmful one” (cf. Kohler 1966:207). Por outro lado, autores como Fudge (1969), Selkirk (1982), entre outros, defendem a existência deste constituinte e apresentam argumentos²⁰ bastante válidos que procuram sustentar a noção do referido elemento.

Todavia, há que ressaltar o facto de que, embora a sílaba possa não ver por alguns reconhecido o seu estatuto fonológico, ninguém poderá negar que ela faz parte do conhecimento fonológico implícito dos falantes, que possui carácter intuitivo (cf. Lowenstamm 1981:576). Neste sentido pode falar-se numa dicotomia teórico/intuitivo no que diz respeito à noção de sílaba, sendo que a noção teórica se vê alvo de muita discórdia e estudo e a noção intuitiva se constata simplesmente e se comprova com recurso às realizações dos falantes (cf. Lowenstamm 1981:576). De ressaltar ainda que do nosso estudo não faz parte a noção mais “fonética” de sílaba, ou seja centrar-nos-emos em análises baseadas nos princípios que regem a organização silábica e não em argumentos de carácter mais físico do que propriamente estrutural.²¹

A noção de sílaba começa a ser discutida mais acesamente depois de vários estudiosos criticarem a ideia, apresentada no modelo *SPE*, de que as palavras eram apenas sequências de conjuntos de consoantes e vogais, componentes de um modelo linear (cf. Mendonça 2003:21). No entanto, Blevins (1995) refere que existem mesmo antes do trabalho de Chomsky e Halle, que viria a despoletar o pensamento sobre a sílaba, alguns estudos importantes sobre esta temática (cf. Blevins 1995:206-207). A partir de 1969, com o trabalho de Fudge (1969), o tema *sílaba* viu-se alvo de um estudo

²⁰ Ver mais sobre as motivações para a existência da sílaba em Clements e Keiser (1983:186); Kenstowicz (1994:250-252).

²¹ Ver uma possível definição de sílaba em fonética em Barbosa (1994): “Operaremos neste trabalho com um conceito auditivo, de acordo com o qual se entenderá a sílaba como o segmento fónico suscetível de ser precedido e seguido de uma interrupção da fonação, isto é, de uma pausa virtual.” (Barbosa 1994:131).

mais detalhado e mais apropriado na medida em que se começou a perceber que este estudo era, de facto, essencial nas análises fonológicas das línguas e, consequentemente, na descoberta linguística em geral (cf. Mendonça 2003:22). A análise mais detalhada da sílaba e dos seus constituintes internos, bem como de outras unidades e fenómenos fonológicos não segmentais (tom, acento, entre outros), hierarquicamente organizados, levou a que a hipótese unilinear fosse colocada de lado e a proposta dos modelos não-lineares ganhasse espaço na discussão da estruturação fonológica.

Assim como referimos acima, existem alguns argumentos que procuram provar a necessidade de se pensar a fonologia de uma língua tendo em atenção a noção de *sílaba*. O facto de a sílaba ser um domínio de restrições fonotáticas, o facto de se explicar mais eficazmente, através da análise silábica, determinadas ocorrências das línguas (como, por exemplo, as restrições mínimas e máximas de cada língua), o facto de o estudo de ocorrências de seleção segmental ser apenas explicado tendo em conta a noção de sílaba, o facto de nas fronteiras de sílaba surgir a aplicação de regras específicas, os fenómenos de *lapsus linguae*²², o facto de serem, morfologicamente, alvo de processos de reduplicação, entre outros, são alguns dos argumentos apresentados por diversos autores (cf. Anderson 1969:141; Lowenstamm 1981:576; Selkirk 1982:328-337; Clements e Keyser 1983:186; Kenstowicz 1994:250-252; Blevins 1995:207-210; Spencer 1996:173; entre outros).

Dos estudos sobre a sílaba resultaram diferentes propostas sobre a sua estruturação interna. Alguns modelos apresentaram soluções para a estrutura interna da sílaba relacionadas com a noção de peso silábico (como, por exemplo, as propostas desenvolvidas por McCarthy e Prince 1986 e Hayes 1989a sobre o estudo das moras²³), outros apresentaram soluções mais voltadas para as noções de restrições e concordância entre os constituintes internos da estrutura (como, por exemplo, Fudge 1969, Selkirk 1982). Os modelos silábicos mais estudados e debatidos foram, segundo Blevins (1995:212): o modelo de estruturação linear sem subconstituintes (Anderson 1969; Kahn 1976; Clements and Keyser 1983); o modelo baseado no estudo das moras (Hyman 1985; McCarthy and Prince 1986; Hayes 1989a); o modelo bipartido nos conjuntos corpo-coda e corpo-ataque-núcleo (McCarthy 1979); o modelo tripartido

²² Ver exemplos de *lapsus linguae* em português e inglês em Mateus e Andrade (2000:38).

²³ Sobre o conceito de *mora* e a teoria de moras ver Broselow (1995:203); Hayes (1989a:352-363); McCarthy (1979 :245); Clements e Keyser (1983:198); Lass (1984:253-262); Fikkert (1994:35-41).

(Hockett 1955) e, por fim, o modelo bipartido (entre outros, gramáticas tradicionais chinesas, Pike and Pike 1947; Fudge 1969; Selkirk 1982)²⁴.

Dos diferentes modelos apresentados acima, tomamos como mais completo o modelo bipartido Ataque - Rima, seguido, entre outros, por Blevins (1995), na medida em que permite uma análise mais capaz das problemáticas envolvidas no estudo da estruturação silábica. Neste seguimento, apresentaremos, com base neste modelo, uma breve resenha sobre as características da *sílaba* em português europeu.

2.1.1 A sílaba em português europeu

A sílaba em português começou a ser estudada desde o século dezasseis por Oliveira (1536) e por Barros (1540) e passou por diferentes análises, segundo diferentes moldes teóricos, até à atualidade (cf. Mateus e Andrade 2000:39).

Como referem Mateus, Frota e Vigário (2003), e tal como constatamos da existência dos diferentes modelos acima referidos, a sílaba tem “uma estrutura interna hierarquicamente organizada” (Mateus, Frota e Vigário 2003: 1038). Este constituinte prosódico é entendido como unidade multidimensional, composta por uma ramificação que se divide em dois componentes: o *ataque* e a *rima* (cf. Mateus e Andrade 2000:38). Do *ataque* faz parte a consoante (ou consoantes) que antecede a rima e desta fazem parte as vogais (e semivogais) como núcleo e a consoante que surge em coda silábica, no caso de estarmos perante uma sílaba fechada (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1038).

Os ataques em português podem ser, a existirem, de dois tipos: simples ou ramificados (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1039). Todas as consoantes do português podem formar ataque de sílaba simples à exceção de /r/, /ʁ/ e /ɲ/ em início de palavra (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1039). No que diz respeito aos ataques complexos em português, existem algumas restrições que respeitam o *Princípio de Sonoridade*²⁵ e a *Condição de Dissemelhança*²⁶ tais como, por exemplo, a impossibilidade de ocorrência de sequências /bd/ ou sequências /dk/ (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1040-1044). De facto, em português, os ataques ramificados não marcados são aqueles que se formam pela junção de uma consoante oclusiva com uma líquida (por exemplo, “preto”,

²⁴ Ver mais sobre modelos de sílaba em, por exemplo, Fikkert (1994:19).

²⁵ Ver sobre o princípio de sonoridade Selkirk (1984) e Vigário e Falé (1994:472-473).

²⁶ Ver sobre a Condição de Dissemelhança Vigário e Falé (1994:473-474).

“branco”, “glória”, “planalto”²⁷) (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1040-1044). Algumas ocorrências em português como “amnésia” e “Ptolomeu”²⁸ violam, como podemos constatar pela sequência “nasal + nasal”, no primeiro caso, e “oclusiva + oclusiva”, no segundo caso, os princípios referidos acima (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1040-1044). Mateus, Frota e Vigário (2003) referem que estas violações se dão apenas no plano fonético e que o que acontece no nível fonológico é um não preenchimento do núcleo, ou seja, um núcleo vazio (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1042). As autoras apontam como argumentos o facto de existirem dificuldades na translineação gráfica das sequências (o que não acontece em grupos de oclusivas mais líquidas), o facto de haver um fenómeno de inserção de uma *schwa*²⁹ durante o período de aquisição da língua e, por último, o facto de em português brasileiro se encontrar uma vogal a desfazer o encontro consonântico (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1042). Mateus e Andrade (2000) referem ainda o fenómeno de não assimilação da primeira vogal em relação à segunda em sequências de consoantes como /bt/, /kd/, /bs/ e /tz/, ao contrário do que se comprova em casos como *espaço* e *esbirro* (cf. Mateus e Andrade 2003:45). Ainda em relação ao ataque em português, muitos autores destacam um fenómeno característico do português europeu, e que é aliás uma peculiaridade que em muito o afasta do português brasileiro em termos de ritmo, que ocorre apenas no nível fonético: a ocorrência de sequências de consoantes de número superior a dois, resultado da supressão da vogal átona [ɨ] (cf. Mateus e Andrade 2000:43-44; Mateus, Frota e Vigário 2003:1042;). Este fenómeno é argumento na classificação do português (europeu) como língua de ritmo acentual, ao contrário de línguas como, por exemplo, o francês (cf. Pike 1945).

A *rima* em português encontra-se dividida em dois constituintes, como referimos acima: *núcleo* e *coda*. A existência da rima como constituinte que alberga dois subconstituintes ao invés destes formarem com o *ataque* uma estrutura bipartida é defendida com o recurso a alguns argumentos tais como: a existência de rima poética baseada na bipartição *ataque – rima* (diz-se que duas palavras rimam quando os sons

²⁷ Exemplos nossos.

²⁸ Exemplos retirados de Mateus, Forta e Vigário (2003:1041-1042).

²⁹ Ver sobre tipos de *schwa* Veloso (2005:629) e Veloso (2007:55-60).

r-schwa- resultado de redução do vocalismo átono

e-schwa – *schwa* epentético

s-schwa – *schwa* fonémico

que pertencem ao seu constituinte *rima* das suas sílabas finais são iguais, ou seja, os mesmos sons em núcleo e coda), a existência de jogos linguísticos (nos quais o núcleo e a coda funcionam como um só bloco), a noção de peso silábico (sendo uma sílaba pesada caso tenha mais do que uma posição em rima, quer seja a segunda posição relativa a uma ramificação do núcleo ou a uma posição em coda) e ainda as restrições típicas de cada língua quanto à extensão máxima e mínima do número de ocorrências em rima silábica. Em português, a extensão mínima de posições em rima é de um, no sentido em que pelo menos o núcleo se encontra sempre preenchido, e a extensão máxima é de duas posições (núcleo ramificado ou núcleo simples e coda preenchida). Porém, existem para além destas as chamadas *rimas sobrecarregadas*, de que são exemplo as sequências /VGNS/ em realizações como, por exemplo, “irmãos” e “Guimarães”³⁰ (cf. Veloso 2009:87-89). O autor acredita que estas construções - /VGNS/ - não respeitam as restrições pré-definidas do português e que são parte integrante de um fenómeno de *tolerância prosódica do limite direito de palavra*, propondo exatamente esta designação para o fenómeno em causa (cf. Veloso 2009:87-89).

O *núcleo* é o constituinte que tem obrigatoriamente de estar preenchido ao contrário dos restantes, que podem apresentar-se vazios (cf. Mateus e Andrade 2003:46). Como parte do núcleo podemos encontrar uma vogal (neste caso, dá-se o nome de *núcleo simples*) ou então uma vogal e uma semivogal (neste caso, dá-se o nome de *núcleo ramificado ou complexo*) (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1044). Como pertencentes ao núcleo simples podemos encontrar todas as vogais orais e nasais do português, quando perante um núcleo complexo a segunda posição da ramificação do mesmo será ocupada por uma glide (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1044). A sequência “vogal – glide” é chamada de “verdadeiro ditongo” na medida em que esta sucessão nunca é produzida como hiato, ao contrário do ditongo crescente que pode realizar-se como elementos não tautossilábicos (cf. Mateus e Andrade 2000:46). Seguindo a restrição ditada pelo *Princípio do Contorno Obrigatório*³¹, não ocorrem, em português, sequências nas quais existam segmentos com o mesmo contorno, o que impede ocorrências como [*ij] ou [*uw] (cf. Mateus e Andrade 2000:46-51). A capacidade de serem, por si mesmas, núcleo de sílaba e a capacidade que têm de,

³⁰ Exemplos retirados de Veloso (2009:88).

³¹ Ver sobre o Princípio do Contorno Obrigatório Clements (1983); Bisol (2005:64-68); entre outros.

também como elemento único, formar sílaba são as principais diferenças fonológicas entre as vogais e as glides. Acreditamos, porém, que, tal como sucedeu em relação ao estudo de muitas outras classificações, a aceitação ou não de estatuto fonológico em relação às glides poderá ainda ser algo a discutir-se na problemática do núcleo silábico. Para além do que aqui expusemos sobre a existência de núcleos simples ou ramificados, há, ainda, uma proposta diferente delineada por Mateus e Andrade (2000). Os autores apresentam a hipótese de existir um *núcleo vazio*, que vai contra a ideia de o constituinte núcleo ser obrigatoriamente preenchido (cf. Mateus e Andrade 2000:44). Aliás, Mateus e Andrade (2000) apontam essa mesma ideia:

“In Portuguese there are no syllabic consonants. The rhymes (R) of portuguese syllables always have a nuclear vowel and all vowels can be syllable nuclei (N). They are the only indispensable elements in the syllabic parsing.” (Mateus e Andrade 2000:46)

A coda

No português, tal como em muitas outras línguas, o número de consoantes que podem surgir em coda é bastante mais pequeno do que aquele que pode surgir em ataque (cf. Blevins 1995:218; Cohn 2001:195; Mateus, Frota e Vigário 2003:1046; Veloso 2008:2). Há, no entanto, dentro das línguas românicas, línguas mais restritivas do que outras e o português é, por exemplo em comparação com o espanhol, mais restritivo a este nível (cf. Lausberg 1963:227; Veloso 2008:3). A restrição em coda é definida pelo inventário de cada língua, porém a existência de uma assimetria nas possibilidades existentes para coda e ataque verifica-se, como mencionámos, na maioria das línguas (cf. Kenstowicz 1994:62; Kiparsky 2004:17-18). O facto de as consoantes que podem aparecer em coda silábica serem sempre apenas algumas das que podem surgir em ataque deve-se, segundo Blevins (1995), à maior tolerância de falhas, no que diz respeito à escala de sonoridade, na relação ataque-núcleo do que na relação entre os dois constituintes da rima (cf. Blevins 1995:227; Veloso 2008:5). De facto, a sílaba com coda não preenchida é a mais frequente e caso só exista um tipo de coda silábica será esse que ocorrerá preferencialmente, ou seja, não encontraremos línguas que possuam sílabas com coda preenchida e que ao mesmo tempo não permitam sílabas abertas (cf. Cohn 2001:195; Blevins 1995:218). Em português, segundo estudos de Vigário e Falé (1994), as estruturas silábicas mais frequentes são sílabas com ataque vazio, núcleo simples e coda não preenchida e sílabas com ataque simples, núcleo simples e coda

vazia, ou seja, a sílaba em português é, de modo preferencial, aberta (cf. Vigário e Falé 1994:468-472). As consoantes que em português podem aparecer em coda são /L/, /R/ e /S/, com distintas realizações de superfície consoante o contexto em que ocorrem (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1047; Mateus e Andrade 2000:52). A realização [ɾ] ocorre em final de palavra ou sílaba (por exemplo, “ar” e “marca”) e pode ainda iniciar sílaba (por exemplo, “caravela”), enquanto a velarização de [l] se dá apenas em final de palavra e em final de sílaba (por exemplo, “terminal” e “colcha”). A realização fonética do arquifonema /S/ ocorre como [ʃ] em final de palavra e alterna, quando final de sílaba, de acordo com a consoante que se lhe segue (por exemplo, “casca” [ˈkaʃkə] e “osmose” [ɔʒˈmɔzɨ]). Há, todavia, que referir que no nível fonético surgem em coda todas as consoantes devido ao apagamento da vogal final [ɨ]. A prova de que se trata de um apagamento da vogal fonética e não da inexistência de vogal no nível subjacente é o facto de, quando em sequências como “mexe bastante”, não existir assimilação do vozeamento da consoante seguinte (cf. Mateus, Frota e Vigário 2003:1047; Mateus e Andrade 2000:52). Mateus e Andrade (2000) sugerem que a assimilação que ocorre quando a fricativa /S/ surge em posição inicial na sílaba mostra que existe um núcleo vazio tal como acontece nos ataques ramificados que não correspondem a sequências não marcadas.

2.2 A silabificação e a ressilabificação

O conceito de *sílaba* mostra-se relevante no estudo de fenómenos ocorrentes em fronteira de palavra em primeiro lugar por aquilo que referimos no início deste capítulo – a existência de palavra pressupõe a existência de uma sílaba (em línguas como o português) – e em segundo lugar pelo facto de esses fenómenos se determinarem pela existência de um “choque” entre a rima de uma sílaba e o ataque ou rima da sílaba seguinte. Será a análise, se quisermos, “intersilábica”³² que permitirá perceber algumas das características delimitadoras de uma palavra. Essa análise acontecerá pós-lexicalmente, ou seja, primeiramente existirá a estruturação silábica consoante regras universais e regras específicas de cada língua, como as que vimos acima enunciadas

³² Usamos o termo “intersilábica” para nos referirmos à interação entre duas sílabas que podem pertencer a uma mesma palavra (associando esta ideia ao conceito de sândi interno) ou a palavras distintas (interação entre a sílaba final de uma palavra e a sílaba inicial de outra – associando esta ideia ao conceito de sândi externo).

para o português. A *silabificação*, processo que decorre numa etapa intermédia da derivação fonológica, no qual determinados segmentos são organizados segundo determinadas restrições formando sílabas, é, desta forma, um conceito também essencial neste estudo. A estruturação silábica é sucedida de um encontro de sílabas num plano pós-lexical, no qual pode, resultado de um conjunto de fatores que abordaremos mais à frente, surgir um novo processo: a *ressilabificação*.

Este processo é, como refere Bisol (2002:53), “governado por princípios universais³³”. A ressilabificação de determinados elementos da sílaba funciona como uma reorganização segundo as regras inerentes à construção silábica de cada língua (diferentes possibilidades em ataque, por exemplo), regras de legitimação prosódica³⁴, regras baseadas na escala de sonoridade³⁵ e regras de apagamento³⁶ (cf. Bisol 2002:53-75). As três primeiras regras que acabámos de referir atuam tanto no nível lexical como no nível pós-lexical enquanto as regras de apagamento se situam apenas no nível pós-lexical³⁷. A distinção entre os níveis lexical e pós-lexical é, para o nosso estudo, de extrema importância pois é neste campo que surgem os fenómenos de sândi que abordaremos. Os referidos fenómenos são resultado da aplicação de regras no nível posterior ao nível lexical pois só tomam lugar após reorganização do produto deixado pela aplicação das regras lexicais, ou seja no momento de concatenação de palavras em frases. Um fator que é importante referir quando abordamos o fenómeno da ressilabificação é o facto de o português apresentar *sensibilidade métrica* (cf. Bisol 1996:163). Esta sensibilidade relaciona-se com a acentuação primária e está envolvida, posteriormente, quando se dá a ressilabificação, na medida em que a presença ou ausência de acento contribui para a inibição ou não dos processos reorganizadores³⁸ (cf. Bisol 1996:163). A ressilabificação é o ponto de partida dos fenómenos de sândi externo pois é a partir da reorganização que se constata a união de elementos, a

³³ “Este estudo desenvolve a ideia de que o sândi externo, que tem por base um processo de ressilabificação, motivado pelo choque de dois picos silábicos, é governado por princípios universais.” (Bisol 2002:53).

³⁴ Ver sobre o assunto Itô (1986).

³⁵ Ver sobre o assunto Selkirk (1982).

³⁶ Ver mais sobre o assunto em, por exemplo, Fikkert (1994:19); Bisol (1996:159-168); Bisol (2002:53-76).

³⁷ Ver sobre processos lexicais e pós-lexicais Kiparsky (1982); Goldsmith (1990); Mohanan, (1982); Seung-Hwa Lee (1996:129-137); Mateus e Andrade (2000:96-108); Mateus (2003:1009-1017); Bisol (2005:3); entre outros.

³⁸ Como exemplo do que acabámos de referir, tomemos os pares “chá ácido” *[ʃasidu]/ “chá azul” [ʃazuɫ] e “casa azul” [kazazuɫ] / “chuva ácida” *[ʃuvaside].

“amálgama”, que não estariam, por natureza, anexados. Este processo terá, assim, em conta a sensibilidade métrica específica da língua e os princípios reguladores do processo de silabificação: legitimação prosódica, escala de sonoridade, princípio da preservação da estrutura, condição de dissemelhança, entre outros.

O estudo dos dois conceitos aqui explorados mostra-se, pelas características e definições apresentadas, de facto, essencial na elaboração de hipóteses que abranjam a análise dos fenómenos que ocorrem em fronteira de palavra. Uma leitura mais eficaz dos processos envolvidos em determinado fenómeno de fronteira é atestada por uma forte base de análise do processo de ressilabificação que tomou lugar em sílabas lexicalmente definidas.

III - Sândi

3.1 O sândi no estudo da palavra

Como referimos acima, depois de terminado o processo de silabificação pode ou não ocorrer o processo pós-lexical de ressilabificação. O referido processo faz com que existam alterações fonológicas nas estruturas silábicas que foram formuladas lexicalmente. Nesse momento estamos perante um fenómeno *sândi*. Estes fenómenos são caracterizados por alterações fonológicas, após ressilabificação, de dois tipos: alterações fonológicas internas ou externas à palavra³⁹. Às alterações que se registam no interior de uma mesma palavra dá-se o nome de *sândi interno*⁴⁰ enquanto às alterações que se comprovam em fronteira de palavra se dá o nome de *sândi externo*⁴¹. Tendo em conta o enquadramento e o objetivo do nosso estudo, debruçar-nos-emos apenas sobre as questões que se prendem com o último tipo mencionado. Dessa forma, tomaremos em análise o *sândi externo* como resultado da reestruturação silábica levada a cabo pelo processo pós-lexical de ressilabificação. Bisol (2002) refere que o ponto de partida dos fenómenos de *sândi* é o “desaparecimento de uma sílaba e imediata ressilabação dos elementos flutuantes que passam a ser agregados à sílaba remanescente” e que tomando em consideração a regra do licenciamento prosódico, o segmento tem de pertencer a uma sílaba para que não seja “apagado pela regra universal de apagamento do elemento extraviado” (cf. Bisol 2002:55-57)

Dentro das ocorrências de *sândi externo* poderemos encontrar diferentes alterações fonológicas tendo em conta os elementos envolvidos. Por um lado, podemos deparar com *sândi vocálico*, tendo em conta que os componentes deste fenómeno são apenas as vogais, por outro lado podemos encontrar um tipo de *sândi externo* no qual as partes envolvidas não se restringem a esta categoria de sons, mas se alastram à classe das consoantes. Acreditamos que a designação mais admissível será a de *sândi externo consonântico*⁴².

³⁹ Tomamos aqui a noção de palavra como sinónimo de “sílabas ou sequência de sílabas, fonologicamente bem estruturada, possuidora de um único acento fonológico e correspondente a uma entidade morfológica reconhecida”.

⁴⁰ Como exemplo de *sândi interno* podemos apresentar a disparidade presente nos exemplos “gato” [ˈɡatʊ] e “água” [ˈaɣwɐ].

⁴¹ Como exemplo do que acabámos de mencionar, podemos apresentar a disparidade presente em: “casas” [ˈkazɐʃ]; “amarelas” [ɐmɐˈɾɛlɐʃ] e “casas amarelas” [ˈkazɐzɐmɐˈɾɛlɐʃ].

⁴² Como não nos deparámos, ao longo das nossas leituras, com uma proposta de designação deste tipo de *sândi*, decidimos designá-lo desta forma por entendermos que é, de facto, a designação mais próxima da ideia que se pretende transmitir. “casas pobres” [ˈkazɐʃˈpɔbrɨʃ] e “casas bonitas” [ˈkazɐʒbuˈnitɐʃ] são exemplos abrangidos pela designação que acima apresentámos.

Bisol (1996) refere que o *sândi vocálico externo*, fazendo uma análise do português brasileiro, pode apresentar distintos contextos de aplicação, nomeadamente: *degeminação*⁴³, *elisão*⁴⁴ ou *ditongação*⁴⁵ (cf. Bisol 1996:56-57; Tenani 2004:225-226).

A *degeminação* pode ocorrer quando duas vogais idênticas se encontram e são, respetivamente, final de palavra fonológica (tomam lugar no *núcleo simples* e à sua direita a *coda* encontra-se vazia) e início de palavra fonológica (o *ataque* da palavra encontra-se vazio) (cf. Bisol 2002:64-65). Para que a *degeminação* tome lugar é necessário que uma das três hipóteses, a seguir apresentadas, se concretize: i- a segunda sílaba não ser portadora de acento (como, por exemplo, “chá ácido” *[ʃasidu]); ii- ambas as sílabas não sejam sílabas fortes em relação ao pé respetivo (como, por exemplo, “casa azul” [kazazuɫ]) e iii- a primeira sílaba seja forte e a segunda fraca (como, por exemplo, “chá amarelo” [ʃamarɛlu]) (cf. Bisol 2002:64-67).

A *elisão* ocorre, em português do Brasil, em casos como “casa estranha”⁴⁶ (cf. Bisol 2002:57-59). Este fenómeno consiste no apagamento da vogal baixa quando a vogal seguinte apresenta características labiais, ou seja, se for arredondada (como por exemplo, “camisa usada” [kɐmizuzadɐ]⁴⁷). Nestes casos poderá ainda surgir outro fenómeno em lugar da *elisão* – a *ditongação*. Se assim for estaremos perante uma realização como [kɐmizɛwzadɐ], ou seja, o elemento que poderia ter sofrido *elisão* adquire lugar na estruturação silábica fazendo com que o [u] se transforme na glide [w] (cf. Bisol 2002:57-59). Em português europeu o exemplo referido acima “camisa usada” pode representar as mesmas opções – *elisão* ou *ditongação* – diferindo, no entanto, das realizações do português brasileiro na questão da altura da vogal.

O fenómeno *ditongação* para além do facto de poder surgir num contexto também favorável a outro fenómeno – *elisão* – pode ainda mostrar-se presente em

⁴³ Sobre o fenómeno *degeminação* ver também Abaurre (1996:41-50); Bisol (1996:166-167).

⁴⁴ Sobre o fenómeno *elisão* ver também Abaurre (1996:41-50); Bisol (1996:164-165); Bisol (2000:319-330).

⁴⁵ Sobre o fenómeno *ditongação* ver também Abaurre (1996:41-50); Bisol (1996:165-166); Veloso (2003:339-346).

⁴⁶ Em português europeu, casos como o que apontámos, “casa estranha”, comportam uma análise mais complexa tendo em conta a problemática relacionada com o fonema /ʃ/. A realização em português europeu de “casa estranha” será [kazɐʃtrɐɲɐ] enquanto em português brasileiro a existência de [i] não cria quaisquer problemas teóricos que vão além daquilo que é traçado para exemplos como “camisa usada”.

⁴⁷ Exemplo retirado de Bisol (2002:58).

contextos caracterizados pela presença de vogais altas não acentuadas (cf. Bisol 2002:59-64). Vejam-se os exemplos apontados por Bisol (2002:60):

- 1- “Verde amarelo” ver[djɐ]marelo
- 2- “Come ostra” co[mjɔ]stra

Uma adaptação da análise apresentada por Bisol (2002) para o português europeu comportaria algumas dissemelhanças, como facilmente se depreende da existência de uma grande disparidade entre as duas variedades no que diz respeito, por exemplo, aos graus de abertura das vogais. Assim, algumas das realizações que em português brasileiro apresentam o fenómeno *ditongação*, como, por exemplo, “come ostra” apresentam em português europeu *elisão* ([kɔmoʃtɾɐ]).

No que diz respeito ao *sândi externo consonântico*, encontraremos realizações como “mar azul” ([ˈmarɐˈzuɫ]), “olhos azuis” ([ˈɔʎuzɐˈzu.jʃ]), “animal amigo” ([ɐniˈmalɐˈmigu]), entre outras. Tendo em conta as possibilidades de que o português dispõe para o preenchimento da coda silábica, por nós já lembradas no capítulo anterior, todas as realizações possíveis, em coda, farão obrigatoriamente parte de um conjunto /L/, /R/ ou /S/. No nosso trabalho analisaremos, dos conjuntos enunciados, apenas as ocorrências que fazem parte dos conjuntos /L/ e /S/, assumindo, desde logo, que as realizações como “mar azul”, ou seja, pertencentes ao conjunto /R/, apesar de serem alvo, como as demais enunciadas acima, do processo de ressilabificação, não criam, em português europeu, contextos passíveis de análise pormenorizada, dado que sofrem alterações na posição que ocupam em sílaba mas estas modificações não albergam mudanças segmentais. A este estudo acrescentar-se-á a análise das realizações que envolvem mais do que uma classe de sons⁴⁸, ou seja, as ocorrências que suportam um processo de ressilabificação no qual estão presentes vogais e consoantes.

Os fenómenos de *sândi* que abordaremos mais pormenorizadamente no próximo capítulo do nosso trabalho, farão, pensamos, com que o estudo do conceito de *palavra*

⁴⁸ Com exceção dos fenómenos de iodização e apagamento de [ɨ] em final de palavra morfológica.

se torne mais claro, no sentido em que se tornará mais fácil delinear os limites de palavra após uma análise dos fenómenos que ocorrem nessas mesmas fronteiras, ou seja, quando nos depararmos com um determinado fenómeno de sândi seremos capazes de reconhecer as características das fronteiras de palavra naquele caso específico e poderemos tentar chegar a generalizações que nos conduzirão a um elenco global das especificidades das fronteiras de palavra. As especificidades que referirmos servir-nos-ão de marcadores numa posterior tentativa de delimitação da noção de *palavra*. Neste sentido, cremos que um estudo sobre noção de *palavra* passará obrigatoriamente por estas questões fronteiriças, todavia não marginais. A relevância destes fenómenos é já apresentada em trabalhos como os de Leda Bisol (1992;1996), Brenda Veloso (2003), Peperkamp (1997).

3.2 Os fenómenos

Apresentaremos, de seguida, os três fenómenos a que faremos menção neste trabalho, como realizações concretas da problemática envolvida no estudo do sândi em português europeu, e procuraremos fazer uma breve descrição dos mesmos, relegando para mais tarde uma decomposição e análise mais detalhadas.

3.2.1 Especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica

Um dos fenómenos que vamos analisar é o que tem que ver com as diferentes realizações do arquifonema⁴⁹ /S/, correspondente, por exemplo, ao morfema de plural “-s” em português⁵⁰.

O arquifonema /S/ pode realizar-se de três formas distintas consoante o contexto em que é produzido⁵¹. Se à direita da sua ocorrência, quando final de palavra, encontrar uma vogal surgirá realizado como [z], se à direita surgir uma consoante sonora realizar-se-á como [ʒ] (por exemplo, “rosmaninho”) e se, por fim, à sua direita surgir uma

⁴⁹ Ver sobre a noção de arquifonema/arquissegmentos, entre outros, Chomsky e Halle (1968:166), Barbosa (1994:126).

⁵⁰ Nos casos em que não se apresenta como morfema do plural como, por exemplo, em ocorrências como “lápiz” em “A Rita tem um lápis” ou “simples” em “A Rita é uma rapariga bastante simples”, o arquifonema comporta-se de igual forma, isto é sofre as mesmas alterações que são acima referidas.

⁵¹ Ver sobre as diferentes ocorrências Barbosa (1994:152).

consoante surda será realizado como [ʒ] (por exemplo, “costura”)⁵². De notar, desde já, que apenas a sua realização como [z] se relaciona obrigatoriamente com as noções de *fronteira de palavra e ressilabificação*.

3.2.2 Velarização e desvelarização

Antes de apresentarmos o fenómeno propriamente dito, é essencial que reflitamos um pouco sobre a dicotomia, para uns, existente, para outros, irreal, *velarização/desvelarização*. Autores como Spencer (1996) e Mateus (2003) acreditam que no nível profundo da língua existe um fonema /l/, portanto não velarizado, e que este é alvo de uma regra capaz de o tornar velar quando se encontra como parte de uma coda silábica (cf. Spencer 1996:214-215; Mateus 2003:1016). Por outro lado, há autores que defendem que fonologicamente o que sucede é bem diferente do que acabámos de referir (cf. Spencer 1996:214-216). O conceito de *desvelarização* surge da defesa da ideia de que o real fonema da língua é velarizado - /ɫ/ (cf. Spencer 1996:214-216). Seguindo esta conceção, o que acontece fonologicamente não é a velarização de um segmento originalmente não velarizado quando se encontra presente em coda silábica, mas a desvelarização do fonema /ɫ/ em ataque de sílaba. Esta problemática insere-se no grupo de estudos relativos à determinação das formas subjacentes, sobre os quais apenas se debruçam as teorias, como, por exemplo, a generativa, que defendem a existência de um nível profundo e de um nível de superfície. Defendendo um outro ponto de vista, as teorias que não consideram a existência destes dois níveis principais, como a teoria declarativa, não apresentam, por esta mesma razão, qualquer tipo de argumentação em relação a estas teorizações. Do que referimos se explica a ausência da teorização da conceção de *fonema* ou *alofone* dentro do quadro declarativo. Pondo de parte a discussão sobre a existência ou não de um fonema velarizado, apresentaremos as análises relativas às duas colocações distintas como parte integrante da sílaba, ou seja, uma análise que referencie o que sucede em ataque de sílaba e uma outra análise que demonstre aquilo que ocorre quando o elemento se encontra em coda silábica. O que podemos afirmar, sem tomarmos qualquer perspectiva sobre a dicotomia referida, é que,

⁵² Tomamos, salvo exceções devidamente assinaladas, em todo o trabalho a norma padrão do português europeu na transcrição e análise dos fenómenos aqui estudados.

de facto, em coda silábica⁵³ encontramos a realização [ɫ] (como, por exemplo, “calças” ou “animal”) e em ataque de sílaba a realização [l] (como, por exemplo, “laca” ou “pala”). No final da análise, procuraremos contribuir para o esclarecimento das questões apontadas acima. Para além destas ocorrências, encontraremos contextos um pouco distintos na medida em que, apesar de resultarem à superfície de igual forma, envolvem mais modificações estruturais⁵⁴.

3.2.3 Iodização e apagamento de [ɫ] em final de palavra morfológica

O caso da iodização e apagamento de [ɫ] em final de palavra morfológica é bastante diferente dos fenómenos acima referidos porque, se nos casos supra mencionados, tínhamos a existência de ocorrências (não só, mas também) ao nível da palavra como, por exemplo, a velarização em coda silábica⁵⁵ sem que esta fosse final de palavra, neste caso isso não acontece. Quando retratamos este fenómeno, subimos um degrau na hierarquia prosódica, pois não tomamos apenas a noção de *palavra*, mas a noção de *grupo clítico*, mesmo que esta não seja ainda possuidora de uma definição conclusiva/ comumente aceite, tal como vimos no primeiro capítulo (ponto 1.2) da nossa dissertação. Abordaremos este fenómeno tendo em conta as propostas de Nespor e Vogel (1986) e de Vigário (2006).

O que tentaremos perceber mais adiante é de que forma é que cada teoria/modelo abordado no nosso estudo poderá contribuir para uma análise mais pormenorizada e esclarecedora da realidade dos fenómenos apresentados. Iremos, como anteriormente mencionámos, procurar explanar os pontos mais relevantes de cada análise tendo sempre em vista a hipótese mais frutífera para a construção solidificada de ideias que possam ser base de maiores estudos.

⁵³ Ver sobre a classificação “clear vs dark /l/” e a posição distinta em que surgem as ocorrências Anderson (1969:140) e Spencer (1996:214-216) e ver Veloso (2008:11) sobre a velarização em coda em português europeu.

⁵⁴ Referimo-nos aos casos em que surge o processo de *ressilabificação*. Neste processo a velarização presente em coda silábica final de palavra poderá perder-se caso o segmento a que se encontra associada assumo o lugar de ataque na palavra que imediatamente se segue na construção (sendo uma construção propícia a este acontecimento).

⁵⁵ Tomamos aqui a velarização de coda silábica apenas como exemplo, seguindo a ideia primordialmente apresentada nos estudos sobre o fenómeno. Não queremos, no entanto, com isto afirmar que é de facto o que sucede e que não defendemos/acreditamos na teoria que defende a existência de um processo de desvelarização. Retomaremos essa discussão depois da apresentação das análises apresentadas no capítulo V da nossa dissertação.

IV - Modelos Teóricos

4.1 Fonologia Generativa

O artigo, publicado em 1956, *On Accent and Juncture in English*, escrito por Chomsky, Halle e Lukoff foi, segundo Anderson (1985:313), o primeiro trabalho que abalou algumas das suposições do Estruturalismo Americano. O autor refere que a descrição feita no artigo, baseada na aplicação de regras, retratava ainda os diferentes níveis de constituintes e as derivações que relacionam as formas subjacentes e as de superfície (Anderson 1985:314). É, no entanto, o trabalho realizado por Chomsky, em 1955, na elaboração da sua tese de mestrado *The Logical Structure of Linguistic Theory*, que é apontado por Anderson 1985 como o ponto de partida para a elaboração da teoria generativa, dado que é nesta obra que podemos encontrar enunciadas muitas das principais ideias desta teoria (cf. Anderson 1985:315). A partir da segunda metade da década de sessenta, a teoria generativa começa a ser estudada em departamentos e cursos centrados nos estudos linguísticos e é tomada como uma clara, e cada vez mais forte, opção à teoria estruturalista (cf. Anderson 1985:317-318). Porém, como refere Anderson 1985, são notórios alguns aspetos comuns entre as duas (como, por exemplo, a questão da linearidade), resultantes das influências dos estudos com Roman Jakobson e dos estudos realizados na Escola de Praga (cf. Anderson 1985:322-323). Por outro lado, as noções da existência de regras e de um novo objeto de estudo, ideias-chave na teoria generativa, são elementos que apartam as teorias (cf. Anderson 1985:323-327).

Chomsky e Halle afirmam que “The goal of the descriptive study of a language is the construction of a grammar” (Chomsky e Halle 1968:3). No entanto, a palavra *gramática* tem, a partir exatamente desta afirmação, aceções distintas. Se por um lado nos podemos referir a *gramática* como um conjunto de convenções impostas, por outro podemos-nos referir a *gramática* no sentido de nomear a capacidade humana no que diz respeito à faculdade da linguagem (cf. Chomsky e Halle 1968:3). Assim, constatamos a existência de duas gramáticas: a que corresponde a um sistema de regras mentais, internas, e a que corresponde ao resultado da descrição das realizações que um falante produz após operações linguísticas que têm como elementos parcelas do dito sistema de regras (cf. Chomsky e Halle 1968:3-4). Este conhecimento interno é parte da *competência* do falante, em oposição à realização de enunciados que é parte da *performance*. Os conceitos de *competência* e *performance* são apresentados pelos autores na distinção entre aquilo que é intrínseco ao falante e aquilo que é alterável

segundo variadíssimas causas (Chomsky e Halle 1968:3). A dicotomia *competência/performance* aparece associada à existência de um diferencial entre aquilo que é produzido pelo falante e aquilo que por ele é entendido, ou seja, o facto de sermos capazes de perceber/ajuizar a boa formação de enunciados produzidos na nossa língua relaciona-se com o facto de estes estarem de acordo com as regras presentes na nossa gramática interna e essa percepção nada tem que ver com a capacidade de produzirmos ou não enunciados com, por exemplo, igual complexidade (cf. Matzenauer 2005:14-15). É importante ressaltar o facto de que o falante enunciado na teoria generativa⁵⁶ é em si mesmo uma abstração, um “idealized speaker-hearer” na medida em que não existe nenhum falante/ouvinte que domine completamente a sua língua (cf. Chomsky e Halle 1968:3). Neste sentido percebe-se claramente que aquilo que é tomado em consideração na teoria generativa é o que o falante sabe da sua língua e não os juízos que faz sobre esse conhecimento. O conceito de *regra*⁵⁷ é outra das noções apresentadas inauguralmente por esta teoria (cf. Chomsky e Halle 1968:7-ss). É através da aplicação de regras que é possível passar-se do nível em que podemos encontrar os elementos que constituem o conhecimento implícito, o *nível subjacente*, para o nível em que estes tomam formas físicas, o *nível de superfície* (cf. Chomsky e Halle 1968:6-14; Kenstowicz 1994:89). A distinção entre a Fonética e a Fonologia⁵⁸ toma aqui um lugar importante. Se por um lado a Fonética se relaciona, como ciência que estuda a materialidade dos sons (questões acústicas, articulatórias e percetivas), o som como propagação de ondas mecânicas, com o *nível de superfície*, a Fonologia, por outro lado, relaciona-se com o *nível subjacente*. Enquanto neste último nível estão presentes os *fonemas* das línguas (unidades abstratas, imateriais, meras representações mentais de um conjunto delimitado de realizações de superfície), no outro nível, o de superfície, estão presentes os *fonos*, que correspondem às realizações físicas efetivas, às produções mecânicas efetuadas pelo aparelho fonador do falante. Os fonemas eram, segundo Troubetzkoy, “ (...) unités phonologiques qui, au point de vue de la langue en question, ne se laissent pas analyser en unités phonologiques encore plus petites et successives (...)” (cf. Troubetzkoy 1949:37) e eram tomados como unidades mínimas de análise em

⁵⁶ Sobre as questões de estudo desta teoria ver também Kenstowicz (1994:57).

⁵⁷ Sobre o conceito de regra e sobre a capacidade finita do cérebro ver também Kenstowicz (1994:60)

⁵⁸ Ver Troubetzkoy (1949:3) sobre a distinção entre Fonética e Fonologia.

Fonologia⁵⁹. No entanto, a partir da Fonologia Generativa, deixam de o ser. A unidade mínima nos estudos fonológicos generativos passa a ser o *traço distintivo* (cf. Chomsky e Halle 1968:64-68). Os traços distintivos tomam posição central e é a teoria binária a eles associado que codifica cada fonema. Desta forma, um fonema é o resultado de uma conjugação entre ausências e presenças de determinados traços distintivos. A oposição entre fonemas poderá depender da polaridade de um só traço ou de mais do que um dos traços. Estas relações mostram-se eficazes na medida em que possibilitam o aparecimento de conceitos importantes como o de *classe natural* que sugere que determinados elementos pertencem a uma mesma classe se o número de traços que codifiquem essa classe for menor do que os necessários para codificar cada um dos referidos elementos (cf. Kenstowicz 1994:23; Abaurre 2006:52). A noção da universalidade dos traços é mais um dos argumentos que sustentam a ideia, também apresentada por Chomsky, mais desenvolvidamente a partir de *Knowledge of Language: its nature, origin and use*⁶⁰, em 1986, de que existe uma *gramática universal* (GU)⁶¹ (cf. Matzenauer 2005:14-15). Esta ideia nasceu da constatação da existência de similitudes entre línguas e, de acordo com a mesma, pensa-se que os diferentes sistemas linguísticos respeitam determinadas regras universais (regras que farão parte da gramática universal) (cf. Matzenauer 2005:14-15). A universalidade dos traços linguísticos, que serão em cada sistema linguístico específico distintivos ou não, é, como referimos, um dos argumentos para a existência de uma gramática universal na medida em que é de um conjunto delimitado de traços que cada sistema linguístico “recolhe” um determinado número de que necessita para codificar os sons da língua (cf. Chomsky e Halle 1968:64-65; Matzenauer 2005:15). Ao conjunto de traços que codificam cada som de uma língua dá-se o nome de *matriz fonológica*. Assim, nas matrizes encontramos especificados os sons de determinada língua tendo em conta a presença, ausência ou a irrelevância de cada um dos traços distintivos no sistema dessa mesma língua (cf. Chomsky e Halle 1968:64-68; Matzenauer 2005:19-25;). Os segmentos que não são totalmente especificados são chamados de *arquissegmentos*, na

⁵⁹ Ainda sobre o fonema “on peut dire que le phoneme est la somme des particularités phonologiquement pertinentes que comporte une image phonique” (Troubetzkoy 1949:40) e “o fonema é a unidade distintiva mínima e sucessiva (...)” (Barbosa 1994:83).

⁶⁰ Mas presente em Chomsky e Halle (1968: 43-44).

⁶¹ “a universal grammar is a system of conditions that characterize any human language, a theory of essential properties of human language” Chomsky e Halle (1968:43).

medida em que englobam todas as realizações correspondentes à sua matriz⁶² (cf. Chomsky e Halle 1968:166). As regras fonológicas têm a função de, como já mencionámos acima, derivar matrizes fonológicas em fonéticas, ou seja, transformar aquilo que está no nível subjacente em realizações fonéticas (cf. Chomsky e Halle 1968:166; Matzenauer 2005:18-19).

A apresentação dos conceitos enunciados acima e as conseqüentes condições da existência dos mesmos levaram a que cada um deles fosse testado para que se verificasse se os caminhos a que eles conduziam seriam ou não os mais produtivos. Neste sentido, e como é habitual após a emergência de uma nova teoria, surgiram diferentes modelos teóricos que procuraram assegurar uma análise científica capaz. Estes modelos surgem do facto de existirem diferentes perspetivas assentes numa mesma base⁶³. Se, por um lado, as questões teóricas centrais são similares, por outro determinada análise é entendida como possível através de uma visão e entendida como imperfeita através de outra. Desta disparidade nascem os diferentes modelos teóricos que compõem as teorias em geral e as teorias linguísticas em particular. A aplicabilidade e a riqueza científica do modelo determinarão a sua longevidade. No entanto, é necessário notar que não raras são as vezes em que os modelos sofrem ajustes e adaptações que os tornam aplicáveis em ambientes que eram até então desfavoráveis. O modelo *SPE*, o modelo autosegmental, o modelo lexical, o modelo prosódico e o modelo métrico são modelos que têm como base⁶⁴ a Teoria Generativa. Estes cinco moldes teóricos são analisados neste trabalho e será com a consciência da sua existência que partiremos para a análise dos fenómenos de fronteira de palavra que pretendemos estudar. Abordaremos, de seguida, cada um dos cinco modelos enunciados pela ordem que acima os dispusemos.

⁶² Ver sobre a *matriz fonológica* e os *arquissegmentos* (Chomsky e Halle 1968:166) “typically consist of archi-segments. Thus an important difference between phonological and phonetic matrices is that the latter are fully specified while the former are not.”

⁶³ Como refere Goldsmith 1990, em relação ao modelo autosegmental, “It is worth to bearing in mind that the work on autosegmental and metrical phonology discussed in this book is a direct continuation of the traditional work of generative phonology that was codified in Chomsky and Halle’s *Sound Pattern of English* (SPE) in 1968 (...)” (Goldsmith 1990:1-2) e ao modelo lexical “Another theoretical development of this classical generative enterprise which has been influential in the last several years also deserves our attention: *lexical phonology*” (Goldsmith 1990:217).

⁶⁴ Com a expressão “têm como base” queremos referir-nos ao facto de aceitarem as ideias-chave da teoria generativa e delas partirem para o estudo mais pormenorizado das hipóteses propostas por cada modelo.

4.1.1 Modelo SPE

O modelo *SPE*, ou “The Sound Pattern of English”, surge em 1968 num livro homónimo escrito por Chomsky e Halle. Estes dois linguistas procuraram apresentar um modelo linear que, baseado no facto de todos os falantes possuírem informação fonológica que contém duas formas distintas: a informação distintiva (fonológica) e a informação fonética (não distintiva, associada às propriedades articulatórias e acústicas), elaborasse um sistema de regras capazes de explicar as derivações ocorrentes entre a passagem do estágio fonológico ao estágio fonético (cf. Matzenauer 2005:16-17). Nasce, desta forma, o modelo *SPE*, que parte dos princípios basilares da teoria generativa (traço distintivo, matriz, classe natural, regra, entre outros acima enunciados) para atingir o objetivo de explicitar todas as regras fonológicas do sistema. Este objetivo mostra-se bastante importante na medida em que possibilitará uma maior aproximação às *regras da gramática universal* (cf. Chomsky e Halle 1968:43 e ss).

Segundo os autores, e como já referimos, a infinidade de *outputs* existente em cada um dos sistemas linguísticos⁶⁵ poderá ser reduzida a um conjunto limitado de regras⁶⁶. A noção de derivação na transposição de uma estrutura para outra fez com que este modelo fosse caracterizado como um *modelo derivacional*. As derivações apresentadas no modelo são descritas através de diversas fórmulas criadas e testadas por linguistas. À medida que iam sendo analisados os fenómenos fonológicos iam sendo criados/adaptados símbolos a especificações necessárias. A utilização de símbolos na codificação das regras é usada, como em qualquer outra ciência, com o intuito de tornar a aplicação das regras transversal a qualquer língua do modo mais claro e preciso possível para que não haja lugar para ambiguidades estruturais na descrição dos processos em análise.

Como refere Spencer 1996 “In the original (“classical”) version of generative phonology, as codified in *SPE*, all phonological rules were written in essentially the format of “ $A \ X \ B \rightarrow A'Y \ B$ ” (Spencer 1996:147). A formulação $A \rightarrow B / X _ Y$ apresentada em Chomsky e Halle (1968:14) é, de facto, a regra base de todo o modelo derivacional. A partir desta notação, e consequentes modificações (acréscimos de

⁶⁵Com “cada um dos sistemas linguísticos” referimo-nos a todas as línguas (as que existem, as que já existiram e foram extintas e as que poderão ainda ser descobertas).

⁶⁶ Anderson 1985 refere a relação de similaridade existente entre o modelo *SPE* e os modelos matemáticos propostos em *Principia Mathematica* de Whitehead e Russel (1910), no que diz respeito à procura de um sistema lógico de regras (cf. Anderson 1985:329).

informação simbólica distintiva), é possível explicitar as derivações existentes na passagem do nível fonológico para o nível fonético de uma língua.

Apesar de terem surgido vários modelos *pós-SPE* mais completos, do ponto de vista em que conseguiram apontar soluções para determinados problemas para os quais o modelo *SPE* não encontrou hipóteses felizes de solução⁶⁷ ou sobre os quais não apresentou problematização alguma (como, por exemplo, questões relacionadas com a noção de sílaba – inexistente no modelo dada a vertente linear do mesmo)⁶⁸, o modelo *SPE* continua a ser tomado como um importantíssimo ponto de partida na formalização e sistematização das regras envolvidas nos processos de descodificação dos sistemas linguísticos (ver Spencer 1996:147; Mateus 1985:326; Goldsmith 1990:1-3; entre outros).

4.1.2 Modelo Autossegmental

O modelo autossegmental tem como valor principal o facto de possibilitar, através das conceções que apresentou, uma abertura para o surgimento das chamadas fonologias não-lineares⁶⁹ (cf. Matzenauer 2005: 45). De facto, é a partir do aparecimento deste modelo, e da sua teoria hierárquica de ramificações e planos, que se inaugura na fonologia um novo capítulo, caracterizado por estudos que procuram pensar para além da linearidade de até então. As ideias de que o traço depende da existência do segmento e de que este é limite da existência do traço, entre outras, foram questionadas por este modelo (cf. Matzenauer 2005:45-46). Atingiu-se, tendo como apoio estas premissas, as conceções de hierarquização interna dos segmentos e as noções de *autossegmento* e de *camadas*⁷⁰(cf. Matzenauer 2005:45-46). Como analisa os segmentos internamente, ou seja, os traços que os constituem e as camadas em que estes se dispõem, tendo em conta a natureza física do traço é olhado como um modelo mais geométrico e estrutural⁷¹.

⁶⁷ Como a questão do desvozeamento das fricativas em inglês (ver Spencer 1996:149).

⁶⁸ Sobre o facto de o modelo *SPE* não apresentar reflexões sobre a sílaba e a não-linearidade do sistema ver Clements e Keyser (1983:185) “In particular, the notion syllable was thought to play no role in phonological organization. However there has been increasing evidence that the exclusion of the syllable is a serious omission in generative phonology and that many phonological rules only receive appropriate formulation in terms of this notion.”

⁶⁹ Sobre a multilinearidade ver Mateus (1985:298).

⁷⁰ Ver sobre estas noções Mateus e Andrade (2000:24-27); Goldsmith (1990:8-46); entre outros.

⁷¹ Ver sobre a natureza mais física do modelo Goldsmith (1999), “(...) an attempt to provide a more adequate understanding of the phonetic side of the linguistic representation. (...) From a more down-to-earth vantage point, autossegmental phonology is a theory of how the various components of the

Em Clements (1985) é apresentada uma *geometria de traços* com o intuito de clarificar a estruturação em camadas e planos correspondente à hierarquização interna de determinado segmento (cf. Matzenauer 2005: 46-60). A estruturação deste modelo regular é desenhada com base em três grandes conceitualizações: *nós*, *linhas de associação* e *planos* (cf. Matzenauer 2005: 46-60). Os *nós*, ligados entre si por *linhas de associação*⁷², funcionam como pontos aglutinadores de informação à qual estão associados (o nó *abertura* relaciona-se com a altura das vogais) (cf. Matzenauer 2005: 59-61). Para além de atuarem na ligação dos *nós*, as linhas de associação são ainda importantes na determinação dos *planos* nos quais tomam lugar determinados fenómenos (como, por exemplo, o fenómeno de espraçamento) (cf. Matzenauer 2005: 64-68). Partindo da noção de segmentos internamente organizados, a teoria autosegmental apresenta três tipos distintos: segmentos simples, segmentos complexos e segmentos de contorno (cf. Matzenauer 2005:61). Os primeiros são caracterizados pela existência de apenas um nó de raiz e distinguem-se pelo facto de o primeiro possuir apenas um traço de articulação oral enquanto o segundo apresenta dois (cf. Matzenauer 2005:61-63). Os segmentos de contorno apresentam, como o próprio nome indica particularidades de diferentes traços a que são contíguos (cf. Bisol 2005:63). Nesta teoria são ainda apresentados três princípios que pretendem regular e limitar a aplicação das regras que procuram explicar a realização de determinados fenómenos: Princípio do Não-Cruzamento de Linhas de Associação⁷³, Princípio do Contorno Obrigatório e Restrição de Ligação (cf. Matzenauer 2005:64-68).

Assim, a teoria autosegmental tem como um dos objetivos a investigação das “consequências da existência, em fonologia, de estruturas mais complexas, ou mais articuladas, do que uma cadeia de segmentos meramente linear (Mateus 1985:298)”.

4.1.3 Modelo Lexical

O auge da fonologia lexical inicia-se com Kiparsky e Mohanan em 1982 e, dado o carácter marcado pelas relações entre regras fonológicas e morfológicas deste modelo, a perspetiva lexical desde logo foi tomada em consideração por vários fonólogos (cf. Bisol 2005:83). O estudo da interação entre fonologia e morfologia rapidamente levou

articulatory apparatus, i.e., the tongue, the lips, the larynx, the velum, are coordinated. (...) (Goldsmith 1999:137).

⁷² Ver sobre as *linhas de associação* Mateus (1985:302).

⁷³ Sobre este princípio ver Spencer (1996:162-164).

ao estudo das noções de regras lexicais e pós-lexicais (cf. Bisol 2005:83). A procura de uma relação mais estreita entre as estruturas de superfície e as estruturas profundas é uma das defesas principais do quadro lexical⁷⁴ (cf. Bisol 2005:84). Os três pontos básicos da teoria são: a noção de ciclo (que se relaciona com a ligação entre a fonologia e a morfologia e a ciclicidade na formação de palavras), a Condição do Ciclo Estrito⁷⁵ (que apenas permite a ciclicidade em meios derivados) e o Princípio de Preservação da Estrutura (prevê a fidelidade ao sistema fonológico da língua) (cf. Bisol 2005:85-89). Dos dois tipos de regras admitidos no modelo, regras lexicais e pós-lexicais, apenas as primeiras respondem afirmativamente aos princípios básicos da teoria, expostos acima (cf. Bisol 2005:85-90). No entanto, é de ressaltar o facto de existirem regras lexicais, como, por exemplo, as regras criadoras de alofones, que se aplicam no pós-léxico quando deixam de responder aos princípios acima transcritos (cf. Bisol 2005:91-98). Nesta teoria é ainda apresentada uma condição que pretende explicar a aplicação ou não de determinadas regras em determinados contextos: a *elsewhere condition*⁷⁶. Esta condição sugere que uma determinada regra não seja aplicada quando o alvo da suposta aplicação da mesma foi primeiramente modificado por uma outra regra e entre elas existe uma relação de disjunção (cf. Bisol 2005:90-92). Todavia a distinção mais importante a fazer-se, na nossa opinião, prende-se com a noção da existência de dois níveis distintos – lexical e pós-lexical – e das dissemelhanças com que cada um deles se relaciona.

4.1.4 Modelo Prosódico

A fonologia prosódica nasceu da constatação do facto de que a aplicação das regras fonológicas de uma língua tem como domínio constituintes específicos e distintos dos tomados pela sintaxe. Convém, assim, que se esclareça que, embora relacionadas, as estruturas sintática e fonológica não são sempre coincidentes nem, de todo, a mesma entidade. A análise da aplicação das regras fonológicas levou a que se olhasse mais atentamente para o domínio de aplicação das mesmas. De facto, torna-se mais produtivo pensar na identidade do substrato encontrado por uma regra quando da análise da aplicação desta procuramos extrapolar resultados na busca da sistematicidade. Neste

⁷⁴ Ver sobre este assunto a *Condição de Alternância* apresentada por Kiparsky (1973) em Bisol (2005:84).

⁷⁵ Ver sobre *Condição de Ciclo Estrito* Mascaró (1976).

⁷⁶ Sobre a *Condição Elsewhere* ver Kiparsky (1973); Bisol (2005:90-93); entre outros.

sentido, a fonologia prosódica avançou com uma teoria baseada na hierarquização de constituintes, os quais são domínio universal de regras específicas. Desta forma, importa aqui deixar esclarecida a noção de constituinte prosódico, que se encontra na origem de todo o estudo prosódico: “unidade linguística complexa, cujos membros desenvolvem entre si uma relação binária de dominante/dominado, precisamente uma relação de forte/fraco ou vice-versa (Bisol 2005:255) ”.

Como em muitas das demais subáreas da fonologia, não existe um consenso sobre os constituintes pertencentes à dita hierarquia, todavia, referiremos aqui os que até ao momento vigoram na maior parte dos estudos realizados. Segundo Nespor e Vogel (1986) a hierarquia prosódica é constituída por, de forma ascendente: sílaba (σ), pé (Σ), palavra prosódica (ω), grupo clítico (C), sintagma fonológico (ϕ), sintagma entoacional (I) e enunciado (U)⁷⁷. De todas estas noções, as que tomam um lugar mais destacado no nosso trabalho são a sílaba, a palavra prosódica e o grupo clítico pelo facto de contribuírem mais diretamente para a base do estudo que levamos a cabo no nosso trabalho. Como referimos acima, existem, efetivamente, algumas propostas diferentes da que foi apresentada por Nespor e Vogel (1986) nomeadamente a proposta de Vigário (2006), que sugere a reedição do conceito de *grupo clítico*⁷⁸, tendo em conta a fragilidade que este constituinte tem vindo a demonstrar em diversas análises (cf. Vigário 2006:673).

Este modelo teórico procura, como podemos constatar, mais a solidificação das definições dos constituintes do que a análise de fenómenos de que estes são domínio.

4.1.5 Modelo Métrico

A fonologia métrica tem como objeto de análise as questões relacionadas com o acento e o ritmo (cf. Hayes 1989; Abaurre 2006:54). Adotando um sistema hierárquico, que recolheu do surgimento das fonologias não lineares, este modelo procura alcançar novos patamares em relação às ligações entre as questões silábicas e o acento (cf. Matzenauer 2000:68-69). Os três principais tipos de acento que o modelo apresenta são o acento primário, o acento secundário e o acento principal, tomando, desde logo, uma referência à noção de palavra na medida em que os dois primeiros se relacionam com o

⁷⁷ Ver sobre os constituintes da hierarquia prosódica as propostas de Selkirk (1984) e (1996). Embora tenha uma posição semelhante à de Nespor e Vogel, Selkirk apresenta algumas diferenças, por exemplo, no que diz respeito ao constituinte *grupo clítico*.

⁷⁸ Sobre *grupo clítico* ver capítulo I ponto 1.2

conceito de uma única palavra enquanto o terceiro tipo de acento, o acento principal, se liga à ideia de uma sequência de palavras (cf. Matzenauer 2000:69). A fonologia métrica considera, ao contrário do que era, por exemplo, apresentado no modelo *SPE*, que o acento é uma propriedade da sílaba e não um traço que pode estar ativado ou desativado (cf. Matzenauer 2000:70-71). Das relações que se estabelecem entre os diferentes elementos prosódicos, dispostos hierarquicamente, resulta uma proeminência mais forte que é, segundo esta teoria, considerada o acento (primário) (cf. Matzenauer 2000:71-72; Liberman e Prince 1977: 267). Liberman e Prince (1977), autores que avançaram algumas ideias sobre a relação entre a estruturação hierárquica e a proeminência, criaram um sistema de “medição métrica” através do qual calculam a hierarquia métrica tendo em conta uma regra por eles estabelecida: a Regra de Projeção de Proeminência Relativa (cf. Matzenauer 2000:71; Liberman e Prince 1977: 316). Esta regra define que de um constituinte composto por dois nós, um fraco e um forte, o mais forte será metricamente superior em relação ao outro (cf. Matzenauer 2000:71; Liberman e Prince 1977: 316).

A apresentação de dois sistemas de análise distintos, a *árvore métrica* ou a *grelha métrica*, mas, ao mesmo tempo, um pouco semelhantes, tendo em conta que parte da informação que se poderia retirar de uma análise era já conhecida da aplicação do outro sistema, fez com que houvesse uma divisão marcada no seguimento de cada uma das propostas (cf. Matzenauer 2000:71). Bruce Hayes (1989), por exemplo, seguiu o modelo arbóreo enquanto Selkirk (1984) elaborou estudos tendo em conta o sistema de *grelha métrica* (cf. Matzenauer 2000:72-73).

Collischonn (2005) apresenta dois modelos desenvolvidos no seguimento do estudo sobre os diferentes sistemas acima enunciados: o modelo de Halle e Vergnaud (1987) e o modelo de Hayes (1991) (cf. Collischonn 2005: 135). O primeiro modelo, recorrendo ao sistema de *grelha métrica*, procura acrescentar dados no estudo de noções tão importantes como a *extrametricidade* e o *peso silábico* (cf. Collischonn 2005: 136-139). A *extrametricidade*⁷⁹, apresentada primeiramente por Liberman e Prince (1977), mostra-se determinante nas análises feitas sobre a regra de acento em várias línguas, tal como a noção de *peso silábico* se mostra relevante nas análises de línguas onde a diferenciação entre sílabas pesadas ou leves⁸⁰ se interliga com a presença ou não de

⁷⁹ Sobre este assunto ver também Spencer (1996:190).

⁸⁰ Sobre sílabas pesadas e leves e a noção de *mora* ver, entre outros, Kenstowicz (1994: 291-298).

acento (cf. Collischonn 2005: 136-139). No modelo apresentado por Hayes (1991), o peso silábico é refletido na existência do *pé métrico*⁸¹ (cf. Collischonn 2005: 139). Para Hayes (1991) existem três tipos de sistema de acento: “i- os sistemas insensíveis ao peso silábico, com constituintes binários de cabeça à esquerda, ii- os sistemas sensíveis ao peso, com constituintes binários de cabeça à esquerda e iii- os sistemas com constituintes binários de cabeça à direita.” (Collischonn 2005:140) Aos primeiros corresponde o *troqueu silábico*, aos segundos o *troqueu mórico* e aos terceiros o *iambo* (cf. Collischonn 2005:140). As maiores diferenças entre os dois modelos prendem-se com o facto de o modelo de Hayes apresentar tipos de pés métricos distintos e regras e parâmetros que possibilitam uma explicação mais eficaz da disparidade que podemos constatar nas marcações de acento de diferentes línguas⁸².

4.2 Fonologia Declarativa

Este quadro teórico toma o nome de *Fonologia Declarativa* pelo facto de o seu principal traço ser, exatamente, a apresentação, sob a forma de uma notação, daquilo que é visível à superfície da única estrutura que este modelo concebe. Como o seu objetivo é o de explanar as ocorrências e não de as interligar segundo hierarquias estabelecidas tendo em conta níveis distintos e derivações (caraterísticas presentes nas teorias generativas não-lineares) não se enquadra⁸³ nas teorias fonológicas “tradicionais”, mas numa conceção bastante diferente de análise fonológica (cf. Scobbie, Coleman e Bird 1996:701).

A fonologia declarativa é um modelo de pesquisa motivado, em parte, pela necessidade de teorias fonológicas que pudessem ser implementadas em computadores e desenha-se através de uma chave da teoria das ciências computacionais, na qual existe a tradição de distinção entre a declaração de um problema e o procedimento que alberga a solução do problema (cf. Bird, Coleman, Pierrehumbert, Scobbie 1992:1). Segundo os mesmos autores, a fonologia declarativa é, na sua essência, um modelo que procura

⁸¹ Sobre a definição de *pé* ver Kenstowicz (1994:48); Spencer (1996:176); McCarthy and Prince (1986:245 e ss.).

⁸² Ver sobre a disparidade referida, por exemplo, as ocorrências distintas em português e árabe do Cairo, no que diz respeito ao Parâmetro do Pé Degenerado e à dicotomia “proibição forte /proibição fraca” (cf. Collischonn 2005:141).

⁸³ Sobre o enquadramento da teoria declarativa e as principais disciplinas a que se anexa ver Scobbie, Coleman e Bird (1996:701-704).

abandonar as ideias de derivação ordenada e de regras de derivação, concepções apresentadas na teoria generativa (cf. Bird, Coleman, Pierrehumbert, Scobbie 1992:1). Acrescentam também que a existência de uma similaridade acentuada entre as formas lexicais e as regras fonológicas é uma das fragilidades da teoria generativa e que o conceito de *Preservação da Estrutura*⁸⁴ apesar de central, não apresenta ainda uma definição clara (cf. Bird, Coleman, Pierrehumbert and Scobbie 1992:10).

Esta teoria aborda também algumas questões relativas à interação entre fonologia e sintaxe. Para além disto, no modelo declarativo a relação entre *fonologia* e *fonética* é entendida como um caso de *denotação*, no sentido em que as representações fonológicas são descrições da realidade fonética e uma determinada série fonológica denota uma realização fonética (cf. Bird, Coleman, Pierrehumbert, Scobbie 1992:1-2).

Esta teoria recolhe e acolhe alguns conceitos já apresentados na literatura como a noção de *restrição*, explorando, como referem Scobbie, Coleman e Bird, ao máximo esta ideia, mas sem a relacionar com a problemática dos *rankings* apresentada pela Teoria da Otimidade⁸⁵ (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:685). Segundo o modelo declarativo, todos os elementos da fonologia são restrições e, por essa razão, deve-se somente caracterizar a interação entre as mesmas (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:685). O referido modelo apresenta, ainda, a ideia de que a teoria das restrições deve ser o mais simples possível. Neste sentido, este modelo sugere que todas as restrições devem ser compatíveis, aplicadas de igual forma e satisfeitas (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:686). Esta é a solução inovadora que apresenta a teoria declarativa no que diz respeito ao problema da interação entre entradas lexicais, regras que governam as alterações e restrições nas formas de superfície (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:685-686). Neste modelo teórico, que pretende ser o centro de uma análise empírica dos sistemas de sons, é, assim como em teorias anteriores, defendida a ideia de que as teorias fonológicas devem ser restritivas o suficiente para que possam fazer previsões sobre os dados (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:705). Os autores acreditam que a implementação de gramáticas computacionais, o teste entre gramáticas computacionais e dados de corpora; estudos sobre dados empíricos através de ensaios fonéticos e de trabalhos de informantes e a implementação fonética de representações

⁸⁴ Sobre o *Princípio da Preservação da Estrutura* ver Kiparsky (1985:92-94); Bisol (2005:85 e ss.).

⁸⁵ Sobre a *Teoria da Otimidade* ver Prince e Smolensky (1983); Schwindt (2005:257-278); Abaurre (2006:54-56), entre outros.

fonológicas são essenciais para qualquer programa fonológico (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:705).

A fonologia declarativa entende os segmentos fonológicos como resultado de uma composição de elementos (cf. Angoujard 2006:36). A noção de *elemento* foi recolhida do quadro teórico da *Fonologia dos elementos*⁸⁶. Esta conceção prende-se, em linhas gerais, com a ideia de que existe um número determinado de particularidades que se combinam na realização de um som da língua.

Expomos a seguir a lista dos elementos⁸⁷ aceites na obra de Angoujard (2006:38)⁸⁸:

@ = dorsal

A = abertura

I = anterioridade

U = labialidade

h = ruído

? = oclusão

l = lateral

N = nasal

L = vozeado

H = não-vozeado aspirado

R = coronal

Apresentaremos a análise dos dados sob a perspetiva declarativa, no capítulo que dedicamos à análise dos fenómenos abordados neste trabalho, tendo em conta a lista de elementos acima enunciada.

Ainda em relação às dissemelhanças presentes na teoria, em comparação com os demais modelos apresentados acima, surge a disparidade presente na apresentação da temática da *sílaba*, por esta teoria apresentada como *modelo rítmico* (cf. Angoujard 2006:40-46). Angoujard (2006) refere que depois do trabalho de Kahn (1976) a sílaba passou a ser reconhecida como essencial pela fonologia generativa *standard* e que a

⁸⁶ Ver mais sobre a *fonologia dos elementos* e a noção de *elemento* em Kaye, Lowenstamm e Vergnaud (1985:303-326).

⁸⁷ Os quatro elementos iniciais assumem valor definidor de ponto de articulação quando entram na composição de sons consonânticos.

⁸⁸ Lista retirada (e adaptada) de Angoujard (2006:38).

maior parte das teorias atuais vê a sílaba como resultado da composição entre um *ataque*, um *núcleo* e uma *coda*, sendo que os dois últimos formam o constituinte *rima* (cf. Angoujard 2006:40-41). A Fonologia Declarativa, como referimos acima, apresenta a noção de *modelo rítmico* (tendo em conta uma grelha rítmica) composta por três posições: início (*position initiale*), pico (*sommet*), fim (*fin*) (cf. Angoujard 2006:40-41). Angoujard (2006) refere que esta perspetiva se distingue das análises silábicas mais tradicionais na medida em que não possibilita análises monossilábicas de realizações como [stɹikt] e analisa como um único modelo rítmico sequências como [bal] ou [tɹwa] “trois” (cf. Angoujard 2006:41-43).

O uso de um código matemático coerente e o objetivo de construir gramáticas que descrevam todas e apenas as possíveis realizações são apontados como duas marcas generativas presentes na teoria declarativa, sendo a última vista como seguidora, nestes pontos específicos, do modelo derivacional generativo (cf. Bird, Coleman, Pierrehumbert, Scobbie 1992:10). A notação utilizada na declaração daquilo que é apresentado pela teoria segue os seguintes pontos: consistência interna, descrição de um objeto fonológico correspondente a cada produção fonológica na língua e possibilidade de cada objeto poder ser descrito como produção (cf. Scobbie, Coleman, Bird 1996:688).

Em termos de notação, são utilizados nesta teoria os conetivos lógicos *and* (\wedge), *or* (\vee), *implies* (\rightarrow) e *not* (\neg)/(\sim) como nos exemplos seguintes⁸⁹:

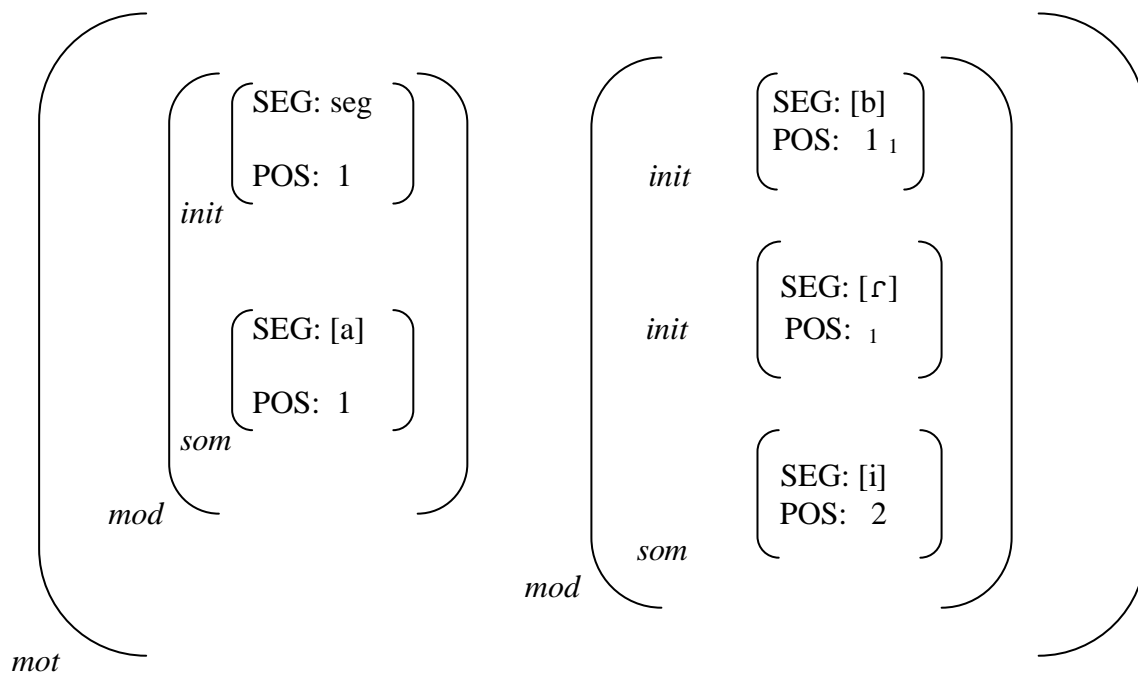
- 1- $\exists x \text{ onset}(x)$
- 2- $\exists xy \text{ onset}(x) \wedge \text{rime}(y) \wedge \partial(x, \text{“p”}) \wedge \partial(y, \text{“i”})$ ⁹⁰
- 3- $\forall x \text{ onset}(x) \rightarrow \exists y \text{ syllable}(y) \wedge \partial(y, x)$

Para além do uso da tradicional notação usada nos mais diversos estudos lógicos, a análise sob a perspetiva da fonologia declarativa pode ainda ser elaborada através de uma notação específica, que podemos encontrar na totalidade em obras como *Phonologie Déclarative*, que se apresenta nos seguintes moldes⁹¹:

⁸⁹ Exemplos retirados de Scobbie, Coleman e Bird (1996:688).

⁹⁰ Exemplo que toma como modelo a palavra inglesa “pea”.

⁹¹ Esquema retirado e adaptado de Angoujard (2006:43).



A representação acima transcrita pretende apenas ilustrar o esqueleto base deste modo de estruturação dos dados.

Esta pequena exposição sobre os principais traços em que se define a teoria declarativa funciona, tal como as exposições dos modelos generativos acima citados, como enquadramento teórico geral das análises que serão apresentadas no capítulo final do nosso estudo.

V - Aplicação dos modelos apresentados na análise dos fenómenos

A análise que fazemos nesta última parte da nossa dissertação surge no seguimento de todos os pressupostos que por nós foram discutidos nos capítulos anteriores. Neste sentido, iremos analisar os fenómenos que brevemente apresentámos no capítulo III, tomando em consideração as noções de *sílaba* e *ressilabificação* apontadas no segundo capítulo, segundo as perspetivas dos modelos/teorias expostos no quarto capítulo da nossa tese. Tudo isto com o intuito de contribuir com informação importante no estudo de uma das noções das quais partimos no capítulo inicial: a noção de *palavra*. Apresentaremos apenas as análises que consideramos relevantes e justificáveis, deixando de parte análises segundo determinados modelos que não se mostrem adequados à realidade específica de cada fenómeno.

5.1 Especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica

Para que possamos analisar a especificação de vozeamento e o ponto de articulação de /S/ em coda silábica, consideremos as construções:

1. Os *marajás antigos* faziam grandes festas.
2. Os *marajás bonitos* vieram à festa.
3. Os *marajás pobres* vieram à festa.

Criámos em cada uma das frases o contexto necessário para a análise que pretendemos fazer. Assim, em 1. temos a expressão *marajás antigos* que nos possibilitará um estudo da ocorrência /S/ + Vogal; em 2. temos a expressão *marajás bonitos* que nos permitirá analisar a ocorrência /S/ + Consoante vozeada e, por fim, em 3. a expressão *marajás pobres* como exemplo da ocorrência /S/ + Consoante não vozeada.

Começamos pela análise da primeira ocorrência.

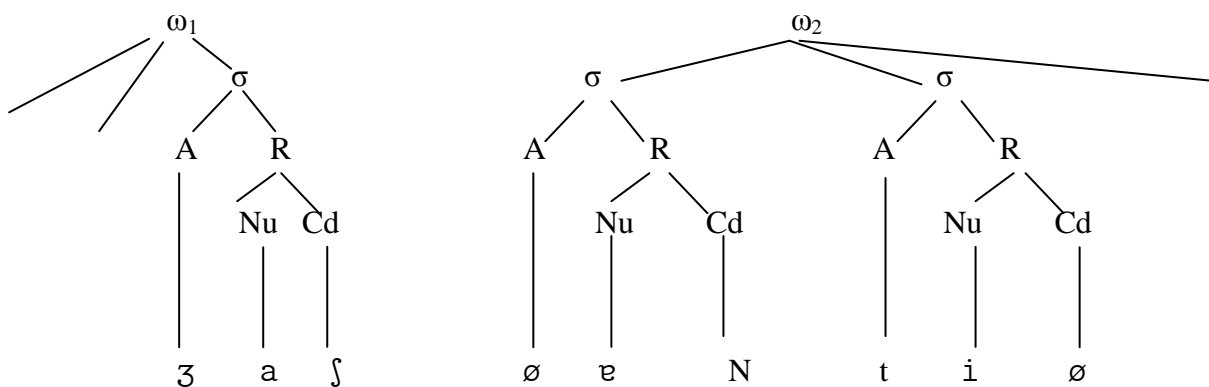
A transcrição fonética da frase número 1. será, tendo em conta as realizações próprias dos dialetos centro-meridionais⁹²: “Os [mɐɾɐʒazɐ~tiɣuʃ] (a) vieram à festa”. Se estivéssemos perante realizações isoladas teríamos “*marajás*” [mɐɾɐ`ʒaʃ] e “*antigos*” [ɐ~`tiɣuʃ]. No entanto, estamos na presença de um fenómeno de *sândi*

⁹² Sobre os dialetos do português europeu ver Cintra (1971) e Cunha e Cintra (2005:10-19).

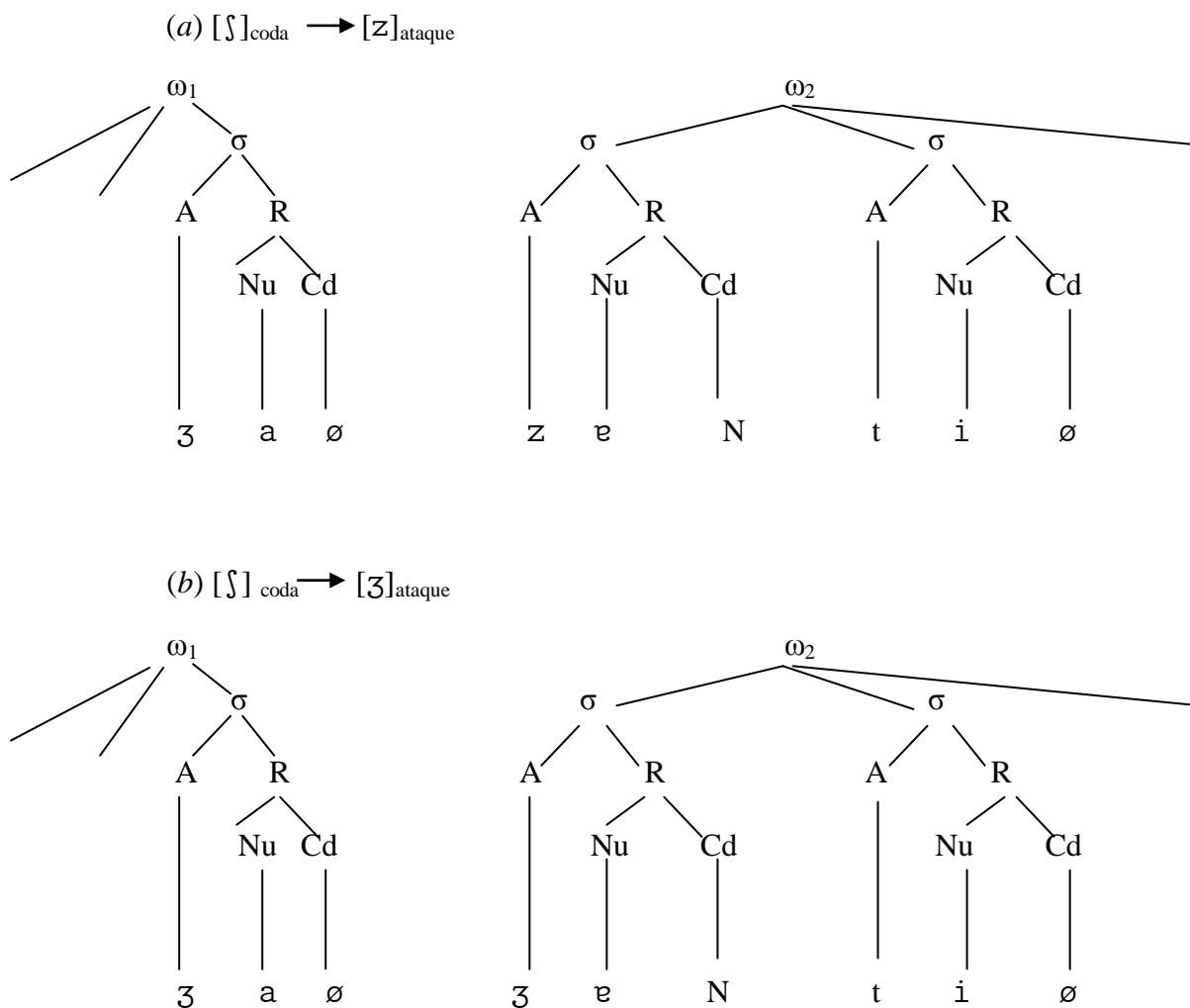
(*externo*), ou seja, estamos perante a ocorrência de um fenómeno que é resultado de uma reestruturação silábica. A *ressilabificação* surge do choque entre as duas palavras prosódicas “marajás” e “antigos”, mais especificamente entre a sílaba final da palavra mais à esquerda (“-jás”) e a primeira sílaba da palavra seguinte (“an-”). As palavras prosódicas referidas fazem parte de um mesmo constituinte superior na hierarquia prosódica pelo que estão sujeitas a este choque característico exatamente de constituintes que partilham igual perfilhação.

A reestruturação na sequência “marajás antigos” pode apresentar, para além da realização que apresentámos acima, uma outra realização – [mɐrɐʒaʒɐ~tiɣuʃ] (*b*) – no caso de se tomar como base alguns subdialetos setentrionais (por exemplo, os dialetos transmontanos e alto-minhotos⁹³).

Apresentamos, na sequência seguinte, aquilo que se passa ao nível da estruturação/reestruturação silábica nos dois casos enunciados:



⁹³ Classificação de acordo com o que é proposto em Cunha e Cintra (2005).



Em 1. o que acontece é o esvaziamento da coda silábica final em *marajás* e o preenchimento do ataque, outrora vazio, da sílaba seguinte. Como vimos anteriormente, o português privilegia o não preenchimento/esvaziamento de codas silábicas e, tal como muitas outras línguas, tem na conjugação “preenchimento de um ataque através de um esvaziamento de uma coda silábica” uma estruturação perfeitamente licenciada⁹⁴. De ressaltar ainda a condição também favorável que se prende com o aumento de sonoridade em ataque de sílaba e redução de sonoridade em coda. Se a sonoridade da coda era, primariamente, de aproximadamente 2.5 e o ataque de 0, após a reestruturação passa a ser de 0 em coda e de 3 em ataque de sílaba⁹⁵. Estes números estão claramente

⁹⁴ Ver sobre este assunto *Maximal Onset Principle* em, entre outros, Vigário e Falé (1994:475).

⁹⁵ Tomamos em consideração para a apresentação dos valores de sonoridade a escala, adaptada de Selkirk (1984), apresentada por Vigário e Falé (1994:474) que aqui colocamos em nota:

Escala da Sonoridade

10 - Vogais

6 - Líquidas vibrantes

de acordo com aquilo que é apontado como estruturação não marcada nas línguas em relação aos valores de sonoridade de segmentos pertencentes ao acento e ao declive silábicos. cremos que a dupla possibilidade de preenchimento do ataque – [z] ou [ʒ], dependendo do dialeto que tomamos como base de análise – se explica pelo facto de ambos os segmentos possuírem igual grau de sonoridade (são ambos consoantes fricativas coronais vozeadas). Poderíamos contra-argumentar referindo que existe, para além destas fricativas coronais vozeadas, um outro segmento com as mesmas características – [v]. Entendemos que a inexistência de realizações com a presença de [v] se relaciona com questões articatórias. Analisemos, sucintamente, as modificações articatórias envolvidas na produção dos segmentos referidos:

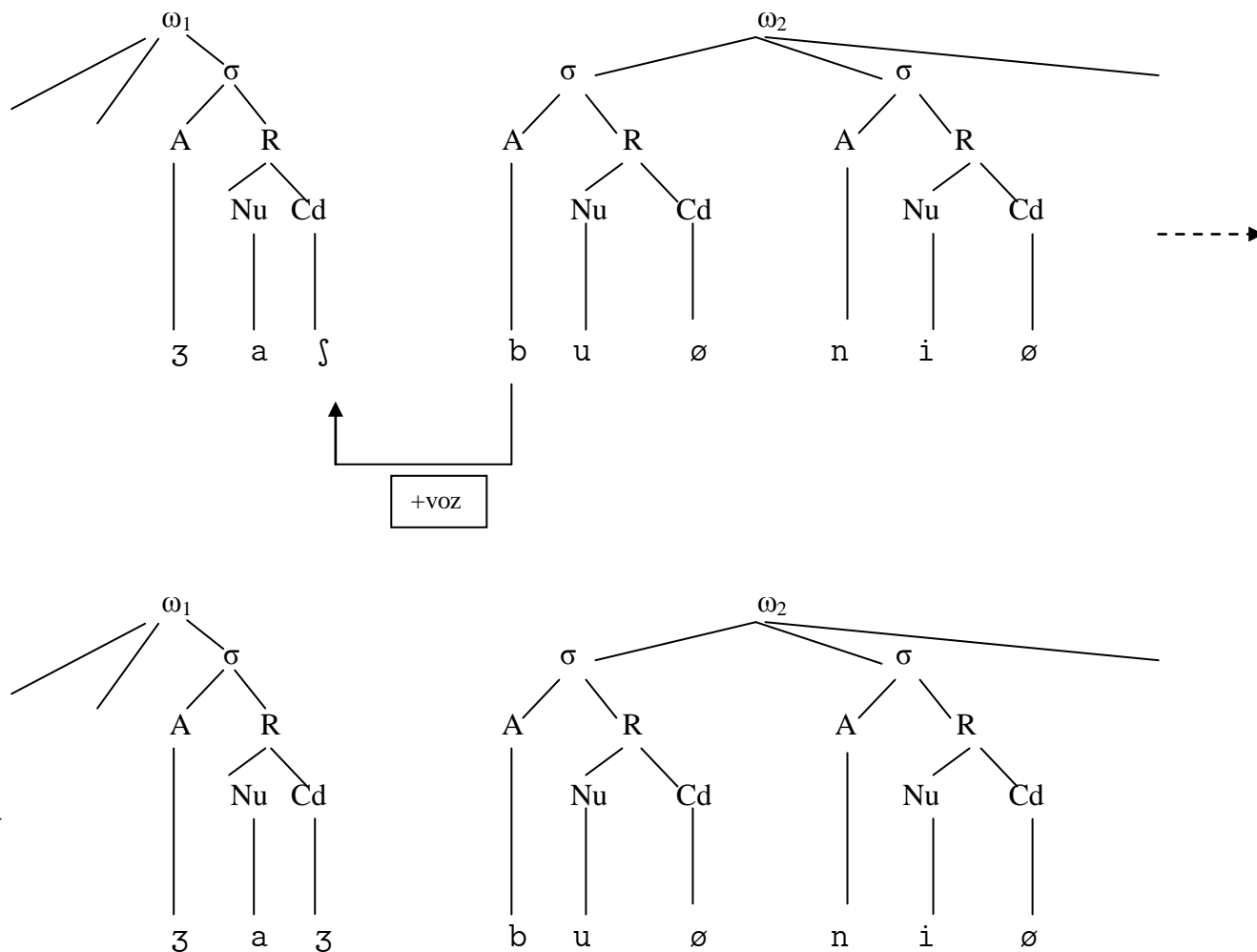
$$\begin{aligned} [\text{ʃ}] + [+voz] &= [\text{ʒ}] \\ [\text{ʃ}] + ([+ant] [-cor]) &= [\text{s}] \\ [\text{ʃ}] + ([+ant][+voz]) &= [\text{z}] \\ [\text{ʃ}] + ([+ant][+voz] [-cor]) &= [\text{v}] \end{aligned}$$

Como vemos, as modificações que resultam em [ʒ] e em [z] comportam apenas a alteração de ausência para presença de traços. Por outro lado, a mutação para [v] suporta a eliminação de um traço e é por essa razão, pensamos, que se torna inviável a ocorrência do referido segmento no contexto que temos sob análise.

No que diz respeito à segunda construção, “Os *marajás bonitos* vieram à festa.”, deparamo-nos com a assimilação do traço vozeado, pertencente ao segmento que ocupa o ataque da sílaba inicial da segunda palavra prosódica – [b] –, por parte do segmento que ocupa a coda silábica final da primeira palavra prosódica – [ʃ]. Esquematicamente:

-
- 5.5 – Líquidas laterais
 - 3.5 – Nasais
 - 3 – Fricativas mais coronais e mais vozeadas
 - 2.5 – Fricativas mais coronais e menos vozeadas
 - 2 – Fricativas menos coronais e mais vozeadas
 - 1.5 – Fricativas menos coronais e menos vozeadas
 - 1 – Oclusivas vozeadas
 - 0.5 – Oclusivas não vozeadas

marajás bonitos [mɐɾɐ`ʒaʃ] [bu`ni tuʃ]



[ʃ]_{coda} + [voz] → [ʒ]_{coda}

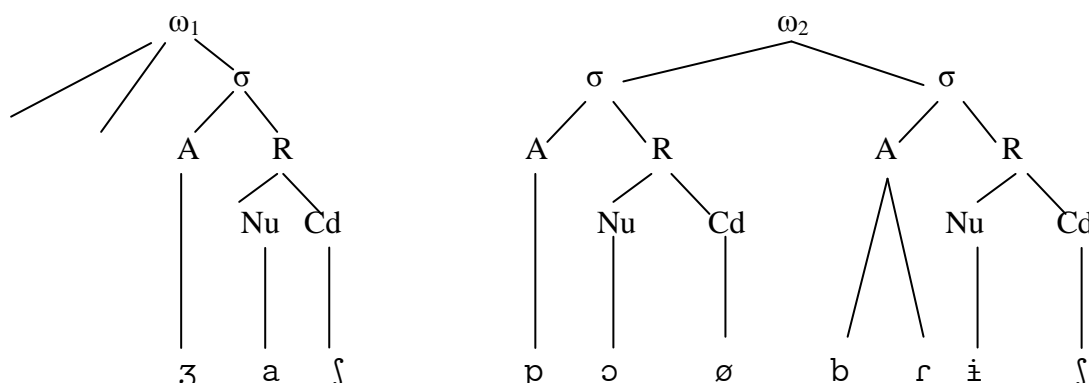
O facto de à direita de /S/ se encontrar uma sílaba com ataque preenchido impossibilita ocorrências idênticas às que encontramos acima. Nesta conjectura, o traço de vozeamento alastra-se ao segmento anterior através do fenómeno de assimilação regressiva⁹⁶.

Na última construção que apresentámos, encontramos a sequência /S/ + Consoante não vozeada. Constatamos que neste tipo de construção os princípios básicos

⁹⁶ Ver mais sobre este assunto em Kenstowicz (1994); Spencer (1996), entre outros.

que regem a estruturação silábica são respeitados pelo que não se verifica a reestruturação silábica. Esquemáticamente:

marajás pobres [mɛrɛ`ʒaʃ`pɔbrɨʃ]



Segundo a perspectiva declarativa o que temos é a constatação da diferenciação dos contextos em que surge uma determinada combinação de *elementos*⁹⁷. Em esquema:

$$\left(\begin{array}{c} \left(\begin{array}{c} [\text{ʃ}]_1 \\ [\text{ʒ}]_2 \\ [\text{z}]_3 \end{array} \right) \end{array} \right) \wedge \left(\begin{array}{c} \left(\begin{array}{c} (\text{ʃ} (\text{C_H}) \vee (\#)) \\ (\text{ʒ} (\text{C_L})) \\ (\text{z} (\text{V})_3) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Seg_h_R

Um segmento constituído pelos elementos “h” e “R”, caraterísticos das fricativas coronais, realiza-se com um dos três índices acima expostos de acordo com os contextos a eles relacionados, nomeadamente consoante não vozeada (C_H); final de palavra prosódica (#); consoante vozeada (C_L) e vogal (V). Como já referimos, da análise declarativa não fazem parte derivações ou transformações na combinação dos elementos. Nesta teoria pretende-se apenas demonstrar qual a conjugação de elementos que se encontra por detrás das realizações sonoras das línguas.

⁹⁷ Sobre esta classificação ver o capítulo IV ponto 4.2 do nosso estudo; Angoujard (2006:36-40); entre outros.

5.2 Velarização e desvelarização

Vejam-se os seguintes exemplos nos quais podemos encontrar as realizações [ɫ] e [l].

- 1- *mal* /maL/ - [maɫ]
- 2- *calças* /kaLsɐS/ - [ˈkaɫsɐʃ]
- 3- *lapela* /LɐpɐLɐ/ - [lɐˈpɐlɐ]

Seguindo o modelo *SPE*, teríamos:

- $$\begin{aligned} l &\longrightarrow \mathfrak{l} / [-]_{\text{Cd}} \$ \\ \mathfrak{l} &\longrightarrow l / \$ [-]_{\text{A}} \end{aligned}$$

No exemplo nº1 encontramos a realização [ɫ] como coda de um monossílabo que é, portanto, simultaneamente final de palavra fonológica. O exemplo nº2 pretende ilustrar a ocorrência de [ɫ] em coda silábica não final e o nº3 ilustra a ocorrência [l] como ataque de sílaba, sendo que o mesmo permite que se verifique o ataque de sílaba início de palavra fonológica e também o ataque de sílaba final de palavra fonológica.

Constatamos, desde já, aquilo que é comum encontrarmos na literatura sobre o tema da *velarização* ou *desvelarização*: a ocorrência de um segmento velarizado em coda e de um não velarizado em ataque (cf. entre outros, Mateus (2003:1016)). No entanto, a discussão central desta problemática não é o contexto em que ocorre um ou outro segmento, mas a questão que incide sobre a natureza velarizada ou não desse mesmo segmento enquanto fonema da língua, ou seja, o que se procura aferir é a veracidade da existência de um fonema velarizado na estrutura subjacente, tendo em conta a corrente generativa da fonologia, ou a inveracidade de tal argumentação. A discussão central passa pela existência ou não de um conceito de *desvelarização*, tal como vimos no nosso capítulo III ponto 3.2.2. Acreditamos que o que acontece é a velarização em coda silábica e não a desvelarização em ataque tendo em conta os argumentos⁹⁸ que apontamos de seguida. Em primeiro lugar, cremos que o segmento existente subjacentemente comportará a informação mínima necessária, tomando o princípio da economia como norma segura, e, dessa forma, o elemento não possuidor de

⁹⁸ Ver alguns argumentos relacionados com esta temática em Spencer (1996:214-216), entre outros.

especificação ao nível da velarização deverá preceder, em existência profunda, o elemento que possui determinado traço⁹⁹. Outro facto que consideramos ser um argumento a favor da defesa da não velarização subjacente é o da inexistência de velarização em ataque. Se a estruturação base da maior parte das línguas do mundo consiste na sequência CV¹⁰⁰, ou seja, consoante em ataque e coda vazia, cremos que a especificação correspondente a essa estruturação representa mais aproximadamente aquilo que se passa no nível subjacente. Assim como vimos no capítulo II sobre as codas, sabemos que caso uma língua admita codas preenchidas admitirá também codas vazias. Ora, esta implicação permite que percebamos que a estruturação em ataque é primordial e, nessa linha de raciocínio, a especificação dos segmentos que dele fazem parte também o será.

Deixando a teorização acima discutida, olhemos para casos como os que apresentamos de seguida, nos quais se constata uma problemática distinta:

1 - O cão é um animal amigo.

O cão é um [ɐnɪmalɐmɪgu].

animal [ɐni`maɫ]

amigo [ɐ`mɪgu]

2- Ele tem um caracol americano.

Ele tem um [kɐrɐkɔlɐmɪrɪkɐnu].

caracol [kɐrɐkɔɫ]

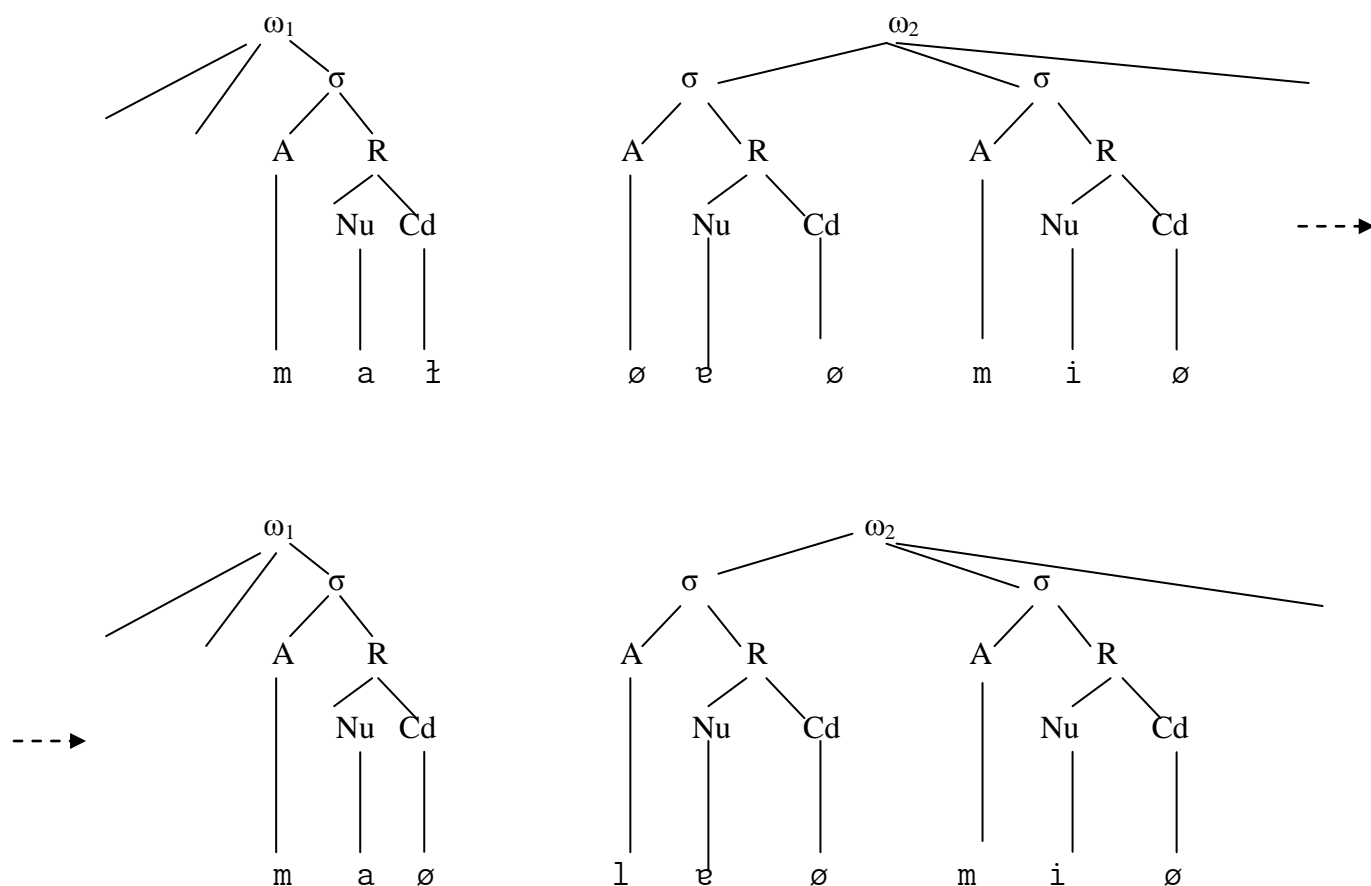
americano [ɐmɪrɪkɐnu]

As ocorrências supra citadas pretendem demonstrar realizações nas quais podemos atestar a manifestação do resultado do processo de *ressilabificação*. Usando o primeiro exemplo, vemos que o segmento velarizado torna-se menos velarizado porque deixa de fazer parte da coda e passa a ser parte integrante do ataque. Neste caso não há perda no número de sílabas, mas, depois da reestruturação, passamos de sete sílabas

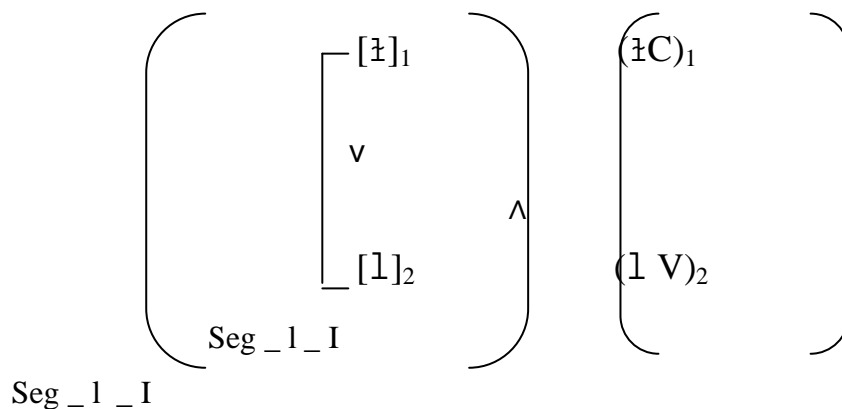
⁹⁹ Assim como constatámos na inexistência de realizações [v] em coda silábica em construções como “marajás antigos” - “*[mɐrɐʒavetiɣʃ]”.

¹⁰⁰ Sobre a estruturação silábica nas línguas ver, entre outros, Fudge (1969); Selkirk (1982).

abertas e uma fechada para a totalidade de sílabas abertas. Apresentamos, seguidamente, em esquema a reestruturação referida:



O fenómeno *velarização* pode ainda ser analisado segundo a perspetiva declarativa. A teoria declarativa, como mencionámos na breve resenha que fizemos sobre o modelo teórico, tem como base princípios não derivacionais e, dessa forma, apresenta uma análise bastante distinta daquela que a fonologia generativa propõe. De acordo com o paradigma declarativo, a ocorrência deste fenómeno pode ser transcrita através da seguinte esquematização:



Ou, em tradução lógica:

- 1- $\forall x ((\text{soante}(x) \wedge \text{contínuo}(x) \wedge \text{anterior}(x) \wedge \text{coronal}(x) \wedge \text{lateral}(x)) \wedge \exists x \text{ coda}(x)) \rightarrow \exists x (\text{velarizado}(x))$
- 2- $\forall x ((\text{soante}(x) \wedge \text{contínuo}(x) \wedge \text{anterior}(x) \wedge \text{coronal}(x) \wedge \text{lateral}(x)) \wedge \exists x \text{ ataque}(x)) \rightarrow \exists x (\neg \text{velarizado}(x))$

Ou seja, existem dois elementos distintos que não derivam de qualquer ancestral comum, mas são eles mesmos realizações concretas e singulares. Esta análise não entende portanto a existência quer de velarização quer de desvelarização, mas sim a presença de um elemento velarizado num determinado contexto (no esquema, marcado com o índice 1) e de um outro, não velarizado, noutra contexto específico (no esquema, marcado com o índice 2).

5.3 Iodização e apagamento de [ɹ] em final de palavra morfológica

Vejamos as seguintes construções:

- a) Compre os bilhetes.
- b) Compre-os.

Em análise fonológica de constituintes (tendo em conta o modelo prosódico¹⁰¹):

a.1) (Compre)_ω (os bilhetes)_C

b.1) (Compre-os)_C

¹⁰¹ Referimo-nos ao modelo prosódico abordado/defendido em Nespor e Vogel (1986).

Em relação ao conjunto de construções que têm exemplo em a)/a.1)¹⁰² podemos referir que é o facto de [ɨ] fazer parte de um constituinte prosódico diferente daquele em que [os] se encontra inserido que faz com que a realização final seja [ko~pruzɓiɬetʃ]. O que sucede internamente é o preenchimento do núcleo onde surgia [ɨ] por parte da vogal inicial do constituinte seguinte e a diminuição consecutiva do número de sílabas da construção (das seis sílabas restam, após reestruturação, cinco sílabas). Isto só acontece no caso de as sílabas envolvidas neste processo não fazerem parte do mesmo constituinte prosódico. Mesmo no caso de estarmos perante duas palavras prosódicas o processo desenrola-se de igual forma, mostrando que, de facto, a relevância se coloca na não partilha de um mesmo constituinte fonológico (por exemplo, em “compre osciladores” [ko~proʃsilɐdorɨʃ]).

Em relação ao que se encontra exemplificado em b)/b.1), podemos constatar que a inserção de uma glide no lugar da vogal recuada menos acentuada se justifica pelo facto de ambas as estruturas (“compre” e “os”) pertencerem fonologicamente ao mesmo constituinte. A inserção de glide representa, desta forma, uma possibilidade de generalização na identificação de fronteiras de constituintes prosódicos.

Resumidamente e segundo uma transcrição baseada no modelo *SPE*:

$$\dot{\text{ɨ}} \longrightarrow \emptyset / \dot{\text{ɨ}}]_C \#_C [V$$

$$\dot{\text{ɨ}} \longrightarrow \text{j} / \dot{\text{ɨ}} \# V]_C$$

Consideremos, de seguida a análise baseada no modelo declarativo:

$$\begin{array}{c} \left(\begin{array}{c} \emptyset_1 \\ \text{j}_2 \end{array} \right) \quad \wedge \quad \left(\begin{array}{c} (\emptyset \emptyset k \emptyset (V)_1 \\ (\text{j} V)k_2 \end{array} \right) \\ \text{Seg_} \emptyset \qquad \qquad \qquad \text{k- fronteira de constituinte prosódico} \end{array}$$

¹⁰² Por conjunto de construções referimo-nos a construções idênticas como, por exemplo, “Alugue as casas”, “Amarre as cordas”, “Desligue as luzes” entre outras compostas por “verbo da primeira conjugação no modo imperativo (afirmativo) + artigo definido (plural ou singular)”.

Dado que a análise declarativa não considera a realização [±], o segmento correspondente será a existência de uma não especificação em elementos, ou seja, ∅. Assim, surgirão duas realizações possíveis (marcadas com os dois índices distintos): 1- a realização propriamente dita da vogal (V), definida, por exemplo, por (A, I) – [ε] – e que é parte do constituinte prosódico que se segue imediatamente ao constituinte prosódico que tem em fronteira ∅; 2- a realização de uma glide adjacente à vogal que faz, neste caso, parte do mesmo constituinte prosódico.

Conclusão

Tal como havíamos referido no início do nosso estudo, entendemos que a nebulosa que envolve a noção de palavra, mais especificamente, a delimitação daquilo que é ou não uma palavra (tendo em conta as diferentes aceções que o vocábulo pode tomar) necessita, de acordo com a importância da mesma, de uma urgente clarificação. Tentámos ao longo do nosso estudo, tomando a análise de fenómenos que ocorrem em fronteira de palavra como um dos caminhos possíveis para o efeito, contribuir para a teorização que envolve a referida temática. Acreditamos ter desenvolvido alguns apontamentos sobre cada uma das temáticas pelo que deixamos, seguidamente, as principais ideias que abordámos e que consideramos ser necessário ressaltar.

Quanto ao estudo que fizemos sobre a especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica, cremos ter apontado análises relevantes no estudo das delimitações de fronteira de palavra. O que acabámos de assegurar baseia-se nas seguintes ideias que pensamos ter deixado expostas: i-analisámos e explicámos as reestruturações internas que tomam lugar quando /S/ se encontra em final de palavra e é seguido de uma outra estrutura independente (e o que acontece especificamente a /S/ dependendo do contexto que encontra à sua direita); ii-avancámos com propostas de explicação para o surgimento de determinadas ocorrências e do não surgimento de outras, interrelacionando as ideias que adiantámos com pressupostos teóricos comumente aceites e legitimados; iii - acrescentámos ainda uma análise baseada nos pressupostos teóricos da fonologia declarativa que pretendeu, acima de tudo, em relação à especificação de /S/, atestar, embora segundo princípios bastante distintos da teoria generativa, a existência dos diferentes contextos de realização; iv-acreditamos que a certificação daquilo que sucede na especificação de vozeamento e ponto de articulação de /S/ em coda silábica sustenta a ideia de que, de facto, poderemos tomar as especificidades apresentadas como regra geral e, neste sentido, partir daqui para agrupar/prever parte das ocorrências registadas numa língua, no caso o português (europeu).

Quanto à problemática da existência ou não da dicotomia *velarização/desvelarização* e das particularidades que podem ajudar a desvendar o referido problema – distintos contextos de ocorrência de [ɣ] e [l] –, acreditamos ter contribuído para a defesa da teoria de que o que acontece, efetivamente, é a velarização em coda silábica. A velarização em coda pode associar-se não só ao final de sílaba, mas

também ao final de palavra fonológica e, neste sentido, funciona, em parte, como uma restrição. De ressaltar é ainda o estudo do fenómeno de ressilabificação nos casos relacionados com a velarização em coda. De facto, este processo, que tem o fenómeno de sândi como consequência, mostra-nos que as ocorrências que se registam podem ser enganadoras, no que à origem das estruturas diz respeito, revelando uma vez mais que, por vezes, aquilo que surge à superfície é resultado de processos internos mais complexos. Em oposição a estes apontamentos, eclode a opinião declarativa, que se baseia na transparência superficial e estuda os dois segmentos, [ɿ] e [ɪ], como realidades possíveis e legítimas da língua selecionadas de acordo com o contexto, isto é, se na língua se pretende preencher a posição de coda silábica não final o segmento escolhido é o [ɿ] e se, por outro lado se pretende preencher uma coda silábica final a escolha repartir-se-á tendo em conta a existência ou não de lugares vazios à direita: a existirem selecionar-se-á [ɿ], caso não existam selecionar-se-á [ɪ].

Em relação à discussão que apresentámos sobre o apagamento ou iodização de [ɿ] em final de palavra morfológica, pensamos ter contribuído para a demonstração de que, de facto, e tal como foi já apresentado noutros estudos, a existência de um grupo superior à palavra é teoricamente licenciada, por exemplo, pela ocorrência de determinados fenómenos dependentes do constituinte em que estão inseridos os elementos em análise.

Entendemos, numa perspetiva mais geral, que a nossa dissertação é apenas uma das partes que se enquadram nos estudos sobre as temáticas com as quais os conceitos de *palavra*, *sílaba*, *fronteira de palavra*, *sândi* estão relacionados. Estes estudos procuram, como já avançámos anteriormente, mais um pormenor, mais um elemento novo a considerar com o objetivo de se chegar um pouco mais perto de mais algumas generalizações capazes de explicar fenómenos com os quais nos deparamos ao olharmos a língua. A partir de análises como a que aqui deixámos poder-se-á partir para mais comprovações/contestações/reavaliações das teorias já apresentadas e das propostas mais recentes com um olhar mais amplo, observador e pormenorizado. Este tipo de estudo pode, para além da teorização envolvente e da possibilidade de surgimento de novas ideias intrinsecamente relacionadas com a área e o tema, despoletar ideias novas noutros campos de estudo. A questão da delimitação dos contextos de palavra poderá contribuir bastante em questões de, por exemplo, tradução automática. Ora se análises

como as que aqui foram feitas permitirem encontrar padrões regulares que possibilitem algum tipo de registo de frequência poder-se-ia apostar mais ainda na credibilidade das traduções computacionais. Se de alguma forma se interligassem os resultados das análises “tradicionais” com as normas de codificação declarativa, mais adaptadas à teoria computacional, poder-se-ia, quem sabe, atingir um novo nível de investigação. As aplicações em termos psicolinguísticos e de aquisição da linguagem fazem também, pelo facto de se associarem ao estudo mais interno e embrionário da linguagem, parte do conjunto de ramificações que podem irromper de estudos como o que aqui apresentámos.

Bibliografia

- Abaurre, M. B.M. 2006. Fonologia e Fonética. In: Guimarães, Eduardo; Zoppi-Fontana, Mónica (orgs.) *Introdução às Ciências da Linguagem – A Palavra e a Frase*. Pontes Editores: Campinas, SP, 39-74
- Anderson, J. M. 1969. Syllabic and non-syllabic phonology. *Journal of Linguistics* 5: 136-42
- Anderson, S. R. 1985. *Phonology in the Twentieth Century*. University of Chicago Press
- Angoujard, J. 2006. *Phonologie Déclarative*. Paris: CNRS Editions
- Aronoff, M.; Janie Rees-Miller (org.) 2001. *The Handbook of Linguistics* Oxford: Blackwell
- Azuaga, L. 1996. Morfologia. In: I. H. Faria *et al* (org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 215-244
- Barbosa, J. M. 1994. *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Barros, J. de 1540. *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Lisboa: Luís Rodrigues
- Bird, S.; Coleman, J.; Pierrehumbert, J.; Scobbie J. 1992. *Declarative Phonology*. Proceedings of the XVTH International Congress of Linguistics. Université Laval, Québec
- Bisol, L. 1996. O Sândi e a Ressilabação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.31, n.2, 159-168
- Bisol, L. 2000. A elisão, uma regra variável. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS v.35, n1, 319-330
- Bisol, L. 2002. Sândi externo: o processo e a variação. In: Kato, Mary (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, UNICAMP, v.5, 55-96
- Bisol, L. 2004. Mattoso Câmara Jr e A palavra prosódica. *DELTA*. São Paulo: PUC-SP, n.20 ESPECIAL, 59-70, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v20nspe/24261.pdf> (Acedido em 22.02.2012)
- Bisol, L. 2005. Fonologia Lexical In: Bisol, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS, 83-100
- Bisol, L. (org.) 2005. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS

Blevins, J. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In: John. A. Goldsmith (ed) *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge (Mass.)/ Oxford: Blackwell, 206-244

Booij, G. 1983. Principles and parameters in prosodic phonology. *Linguistics* 21: 249-280 citado por Bisol, Leda 2004. Mattoso Câmara Jr e A palavra prosódica. *DELTA*. São Paulo: PUC-SP, n.20 ESPECIAL, 59-70, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v20nspe/24261.pdf> (Acedido em 22.02.2012)

Camara, Jr., J. 1971. *Problemas de Linguística Descritiva*. Petrópolis RJ: Vozes

Chomsky, N. 1955 *The Logical Structure of Linguistics Theory*. Published in 1975 by Plenum Press, New York citado por Anderson, Stephen R. 1984. *Phonology in the Twentieth Century*. University of Chicago Press

Chomsky, N.; Morris Halle.; Fred Lukoff. 1956. On Accent and Juncture in English. In *For Roman Jakobson: Essays on the Occasion of His Sixtieth Birthday*, pp.65-80. The Hague: Mouton & Co Citado por Anderson, Stephen R. 1984. *Phonology in the Twentieth Century*. University of Chicago Press

Chomsky, N e Halle, Morris 1968. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row

Chomsky, N. 1976. *Aspects of the Theory of syntax* Cambridge, Massachusetts: The MIT Press

Chomsky, N. 1986 *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praequer Citado por Matzenauer, C. L. 2005. Introdução à teoria fonológica in Bisol, L. (org.) 2005. *Introdução à Fonologia e Morfologia do Português Brasileiro* EDIPUCRS

Cintra, Luís Filipe Lindley 1971. “Nova Proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”. *Estudos de Dialectologia*. Lisboa: Sá da Costa.1983.

Clements, G. N.; Keyser, S. J. 1983. From CV Phonology: A Generative Theory of the Syllable. In: John A. Goldsmith (org.) 1999. *Phonological Theory: the essential readings*. Oxford: Blackwell

Coates, R. 1999. *Word Structure*. London. Routledge Citado por Veloso, J. 2009. Découpage de continuums phonétiques en mots: Critères formels vs. Indices substantiels *Journées d'Études Linguistiques, 6èmes, Journée d'Études Gallèses* Nantes: Université de Nantes, 85-90 Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25331/2/joaovelosodecoupage000100292.pdf> (Acedido em 28.05.2012)

Cohn, A. Phonology. In: Aronoff, Mark; Janie Rees-Miller (org.) 2001. *The Handbook of Linguistics* Oxford: Blackwell, 180-212

Collischonn, G. 2005. O acento em português. In: Bisol, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS, 135-169.

Crystal, D. 1980. *A first dictionary of linguistics and phonetics*. London: André Deutsch
Citado por Nespor, M. e Vogel, I. 1986. *Prosodic Phonology* Berlin/New York: Mouton de Gruyter

Cunha, C. e Cintra, L. F. 2005. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa

Fikkert, P. 1994. *On the Acquisition of Prosodic Structure*. The Hague/Dordrecht. Holland Institute of Generative Linguistics

Fudge, E. C. 1969 Syllables In: John A. Goldsmith 1999. *Phonological Theory: the essentials readings*. Oxford: Blackwell, 370-391

Goldsmith, J. A. 1976. An Overview of Autosegmental Phonology. In: John A. Goldsmith (org.) 1999. *Phonological Theory: the essential readings*. Oxford: Blackwell

Goldsmith, J. A. 1990. *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil Blackwell

Goldsmith, J. A. (org.) 1995. *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell

Goldsmith, J. A. (org.) 1999. *Phonological Theory: the essential readings*. Oxford: Blackwell

Gussman, E. 2002. *Phonology – Analysis and Theory*. Cambridge: Cambridge University Press

Hayes, B. 1989a. Compensatory Lengthening in Moraic Phonology. In: Goldsmith, John A. (org.) 1999. *Phonological Theory: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 351-369

Hayes, B. 1989b. The Prosodic Hierarchy in Meter. Rhythm and Meter, edited by Paul Kiparsky & G. Y. Youmans, Orlando, Florida: Academic Press, 201-260 Disponível em: http://lolita.unice.fr/~scheer/interface/Hayes_89_Prosodic_Hierarchy_in_Meter.pdf (Acedido em 08.08.2012)

Hayes, B. 1991. Metrical Stress Theory: principles and case studies. Los Angeles, University of California citado por Collischonn, G. 2005. O acento em português. In: Bisol, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS, 135-169.

Hockett, C. 1955. A manual of phonology. *International Journal of American Linguistics*

Hulst, Harry van der; Smith, Norval (org.) 1982. *The structure of phonological representations* (Parte 1) Dordrecht: Foris, 131-176

- Hyman, L. 1985. *A theory of phonological weight*. Dordrecht: Foris
- Itô, J. 1986. *Syllable theory in Prosodic Phonology*. Dissertação de Ph D. Universidade de Massachusetts
- Kahn, D. 1976. *Syllable-based generalizations in English phonology*. Cambridge, Mass.:MIT Ph. D. dissertation
- Kato, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, UNICAMP, v.5.
- Kaye, J. ; J. Lowenstamm; J. R. Vergnaud. 1985. The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology*, 2, 303-326.
- Kenstowicz, M. 1994. *Phonology in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell
- Kiparsky, P. 1982. From cyclic phonology to lexical phonology. In: Hulst, Harry van der; Smith, Norval (org.) *The structure of phonological representations* (Parte 1) Dordrecht: Foris, 131-176
- Kiparsky, P. 1985. Some Consequences of Lexical Phonology. *Phonology Yearbook* 2, 85-138. Disponível em: <http://www.unice.fr/dsl/tobweb/interfacelib.htm> (Acedido em 08.08.2012)
- Kohler, K. J. 1966. Is the syllable a phonological universal? *Journal of Linguistics* 2: 207-8
- Lausberg, H. 1963. *Romanische Sprachwissenschaft*, Berlin: Walter de Gruyter
- Lee, S.-H. 1996. Fonologia Lexical- modelos e princípios. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.31, n.2, 129-137
- Lieberman, M.; Prince, A. 1977. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass. V8, n2, 249-336
- Lowenstamm, J. 1981. On the maximal cluster approach to syllable structure. *LI* 12:575-604
- Mascaró, Joan. 1976. *Catalan phonology and the phonological cycle*. PhD dissertation. MIT. Distributed by Indiana University Linguistic Club
- Mateus, M.H.M. 1975. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filosóficos
- Mateus, M. H. M. e Villalva, Alina. (org) 1985. *Novas Perspectivas em Fonologia*. Lisboa: Faculdade Letras da Universidade de Lisboa
- Mateus, M.H.M; Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press

- Mateus, M. H. M. 2003. Fonologia. In: Mateus, M.H.M; Brito, A.M.; Duarte, I. e Faria, I.H. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 987-1034 (7edição)
- Mateus, M. H. M.; Frota, S. e Vigário, M. 2003. Prosódia. In: Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I. e Faria, I. H. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1035-1076 (7edição)
- Matzenauer, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: Bisol, Leda (org.) 2005. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS
- McCarthy, J. 1979. On stress and syllabification. *LI* 10:443-66
- McCarthy, J.; Prince, Alan S. 1986. Prosodic Morphology. In: Goldsmith, John A. (org.) 1999. *Phonological Theory: the essential readings*. Oxford: Blackwell
- Mendonça, C. S. I. 2003. A sílaba em Fonologia. *Working Papers em Linguística*. UFSC 7:21-40
- Mohanan, K. P. 1982. *Lexical Phonology*. Tese (Doutorado - PhD) Cambridge, Mass.: MIT
- Nespor, M. e Vogel, I. 1986. *Prosodic Phonology*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter
- Oliveira, F. de, 1507-ca. 1581 *Grammatica da lingoagem portuguesa* / [Fernão Doliueira]. Em Lisboa : e[m] casa d`Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536. - [38] f. ; 4º (20 cm). Disponível em: <http://purl.pt/120> (Acedido em 08.06.2012)
- Peperkamp, S. 1997. Prosodic Words. HIL Dissertation 34. The Hague: Holland Academic Graphics Citado por Bisol, Leda 2004. Mattoso Câmara Jr e A palavra prosódica. *DELTA*. São Paulo: PUC-SP, n.20 ESPECIAL, 59-70 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v20nspe/24261.pdf> (Acedido em 22/02/2012)
- Pike, K. L. 1945. *The Intonation of American English*. Ann Arbor: University of Michigan Press
- Pike, K. L; E. Pike. 1947. Immediate Constituents of Mazateco Syllables In: *International Journal of American Linguistics* 13:78-91.
- Prince, A. e Smolensky, P. 1983. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. Rutgers University and University of Colorado-Boulder
- Rosa, M. C. 2006. *Introdução à Morfologia*. São Paulo SP: Contexto.
- Schwindt, L. C. 2005. Teoria da Otimidade e Fonologia In: Bisol, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS, 257-278
- Scobbie; James M.; Coleman, John S. Bird, Steven 1996. Key aspects of Declarative Phonology In: Jacques Durant and Bernard Laks (org.) *Current Trends in Phonology*:

models and Methods (2volumes) European Studies Research Institute (ESRI), University of Salford: Manchester UK, Volume 2: 685-709

Selkirk, E. O. 1982. The Syllable In: Goldsmith, John A. 1999. *Phonological Theory: the essentials readings*. Oxford: Blackwell, 328-350

Selkirk, E. O. 1984. Phonology and Syntax: the relation between sound and structure. Cambridge, MA: MIT Press Disponível em: <http://lolita.unice.fr/~scheer/interface/Selkirk%2084%20%20Phonology%20and%20Syntax-%20The%20Relation%20between%20Sound%20and%20Structure.pdf> (Acedido em 08.08.2012)

Selkirk, E. O. 1996. The prosodic structure of function words In: James L. Morgan; Katherine Demuth (org) *Signal to syntax: Bootstrapping From Speech to Grammar in Early Acquisition* Mahwah, NJ: LEA Publishers, 187-214

Spencer, A. 1996. *Phonology*. Oxford: Blackwell

Troubetzkoy, N. S. 1949. *Principes de Phonologie*, (trad.) J. Cantineau Paris: Klincksieck

Veloso, B. O Sândi Vocálico Externo e a Morfologia: Análise de um corpus da variedade linguística goiana. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V.38, n.4, p.339-346 dezembro 2003

Veloso, J. 2005. Considerações sobre o estatuto fonológico de [ɨ] em português In: *Revista da faculdade de Letras – Línguas e Literaturas* II Série, vol.XXII, Porto, 624-635

Veloso, J. 2007. Schwa in European Portuguese: the phonological status of [ɨ] *Journées d'Études Linguistiques* Nantes: Université de Nantes, 55-60

Veloso, J. 2008. Coda-avoiding: some evidence from Portuguese In: *Romanitas, lenguas y literaturas romances*. Vol. 3. Nº1, 1-29 Disponível em <http://romanitas.uprrp.edu/portugues/volumen3/veloso.html> (Acedido em 14.03.2012)

Veloso, J. 2009. Découpage de continuums phonétiques en mots: Critères formels vs. Indices substantiels *Journées d'Études Linguistiques, 6èmes, Journée d'Études Gallèses* Nantes: Université de Nantes, 85-90 Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25331/2/joaovelosodecoupage000100292.pdf> (Acedido em 28.05.2012)

Veloso, J. 2012. *Unidades acentuais proparoxítonas e grupos clíticos em português* [inédito]

Vigário, M.; Falé, I. 1994. A Sílabas no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 465-478

Vigário, M. 2006. O lugar do Grupo Clítico e da Palavra Prosódica composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. *Actas do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra 2006) Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 673-688

Villalva, A. 2000. *Estruturas Morfológicas, Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia

Vilela, M. 1999. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ªed. Coimbra: Almedina

Whitehead, A. N.; Bertrand, Russel 1910. *Principia Mathematica*. Cambridge: Cambridge University Press Citado por Stephen R. Anderson 1984. *Phonology in the Twentieth Century*. University of Chicago Press